

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIANA BIZARRIA SILVA

*ROAD TO COPENHAGEN: O REINO UNIDO E OS ESFORÇOS
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO E AMBICIOSO ACORDO
DO CLIMA (2006-2009)*

Brasília
Abril de 2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIANA BIZARRIA SILVA

ROAD TO COPENHAGEN: O REINO UNIDO E OS ESFORÇOS
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO E AMBICIOSO ACORDO
DO CLIMA (2006-2009)

Trabalho de conclusão de curso
de Relações Internacionais para
a Universidade de Brasília,
apresentado como requisito
parcial à obtenção do título de
Especialista em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina
Inoue.

Brasília
Abril de 2010

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof. Dra. Cristina Inoue, pela paciência que teve comigo e pela ajuda oferecida para a preparação deste trabalho.

A todos os professores e colegas do Curso de Especialização em Relações Internacionais, com quem discuti sobre o mundo e suas questões.

À minha família – pai, mãe e irmão – e aos meus amigos, todos muito queridos.

Ao tempo, por permitir que eu terminasse essa monografia, nem que seja às pressas.

RESUMO

Este trabalho busca analisar os esforços do Reino Unido para obter um acordo ambicioso sobre mudanças climáticas na Conferência de Copenhague, em dezembro de 2009. O período analisado vai do ano de 2006, quando foi lançado o relatório “Economia das Mudanças Climáticas”, ao fim de 2009. Para a pesquisa, foram utilizados documentos e relatórios produzidos pelo governo britânico, leis nacionais, notícias jornalísticas, sítios eletrônicos e discursos oficiais das principais autoridades britânicas sobre a temática. O trabalho analisou os impactos ambientais e econômicos das mudanças climáticas no Reino Unido, as medidas implantadas pelo governo britânico no âmbito doméstico para reduzir as emissões de carbono e as ações da diplomacia inglesa na tentativa de convencimento da comunidade internacional da urgência da questão climática, notadamente por meio das ações do seu Ministério das Relações Exteriores e do engajamento de diferentes setores da sociedade.

Palavras-chaves: Mudanças climáticas. Reino Unido. Política externa. Conferência de Copenhague.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the British efforts to obtain an ambitious deal on climate change at the Copenhagen Conference, due to December 2009. The analysed period goes from 2006, when the report “Economics of Climate Change” was released, until the end of 2009. In order to undertake the research, we have used documents and reports produced by the British government, national legislation, journalistic articles, websites and official speeches on the climate matter from the main authorities of the United Kingdom. This piece has analysed the environmental and economical impacts of climate change regarding the United Kingdom, the policies implemented by the British government in the country to reduce its carbon emissions and the attempts of Britain’s diplomatic body to convince the international community about the urgency to tackle the climate issue, with special attention to the performance of the Foreign and Commonwealth Office and to the engagement of different sectors of society.

Keywords: Climate change. United Kingdom. Foreign policy. Copenhagen Conference.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	06
2	As mudanças climáticas e o Reino Unido: o porquê de o país ter assumido essa temática como prioritária.....	10
2.1	O que são as mudanças climáticas e que impactos são esperados para o mundo.....	10
2.2	Os impactos ambientais das mudanças climáticas no Reino Unido.....	11
2.3	Os impactos das mudanças climáticas na economia: o Relatório Stern.....	13
3	Mudanças climáticas e política doméstica: <i>lead by example</i>	19
3.1	A criação do Departamento de Energia e Mudanças Climáticas.....	19
3.2	A legislação britânica sobre mudanças climáticas: <i>the Climate Change Act</i>	20
3.3	A adoção de um plano de transição para uma economia de baixo carbono.....	21
4	Mudanças climáticas e política externa: como o Reino Unido tentou influenciar a comunidade internacional a negociar um acordo ambicioso em Copenhague.....	24
4.1	O trabalho do <i>Foreign e Commonwealth Office</i> e os novos objetivos de política externa do Reino Unido.....	24
4.1.1	Estudo de caso: mudanças climáticas e o trabalho do FCO no Brasil.....	27
4.1.2	Os blogs do FCO.....	34
4.2	Reta final para a definição de um acordo climático: <i>The Road to Copenhagen</i>	37
4.3	O que dizem as autoridades britânicas: uma análise de discurso.....	41
4.4.1	Primeiro Ministro Gordon Brown.....	42
4.4.2	Príncipe Charles.....	46
5	Conclusão.....	50
	Referências.....	52

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão acerca dos impactos das mudanças climáticas parece ter se intensificado. Os noticiários passaram a cobrir as reuniões internacionais sobre o tema, os programas de variedades passaram a exibir séries sobre o clima mundial e as alterações climáticas ficaram ainda mais aparentes – manifestando-se através de temporais, nevascas, alagamentos, períodos prolongados de seca.

No que diz respeito às Relações Internacionais, as questões ambiental e climática também ganharam destaque, em discussões sobre os chamados novos temas da agenda internacional, juntamente com o debate sobre direitos humanos. Nesse campo, é reconhecida a atuação de outros atores internacionais, como empresas, organizações não-governamentais e outros grupos de pressão.

Não há dúvidas, assim, de que os países estão se preocupando cada vez mais com a questão climática. Isso porque eles começaram a perceber que as alterações do clima têm influência na própria segurança nacional. Veja o caso de países com a Micronésia, as Ilhas Marshall e Palau. Acredita-se que, em troca da garantia da nacionalidade americana para seus cidadãos, esses países, ameaçados de extinção pelo aquecimento global e pelo conseqüente aumento do nível dos mares, acabaram por apoiar militarmente a intervenção norte-americana no Iraque. De fato, os países insulares são afetados ainda mais pela ameaça climática. E é esse o caso do Reino Unido.

Entre março a agosto de 2009, trabalhei na Embaixada Britânica em Brasília com cooperação em projetos em mudanças climáticas. A minha atuação se dava mais na parte financeira, mas não pude deixar de perceber a dedicação do corpo diplomático às questões ambientais e energéticas e a preocupação para que um acordo ambicioso fosse negociado em Copenhague¹. Por trabalhar na embaixada com essa temática, comecei a atentar para o fato que vez ou outra uma autoridade

¹ De 7 a 18 de dezembro de 2009, Copenhague seria o palco da 15ª Conferência das Partes para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. A expectativa de ambientalistas e de defensores da questão climática é que nessa conferência seja firmado o acordo que iria substituir o Protocolo de Kyoto, ou o acordo para o “pós-2012”, tendo em vista que esse é o ano que Kyoto deixa de produzir efeitos para os signatários.

britânica aparecia nos noticiosos falando sobre a urgência de se combater as mudanças climáticas e de reduzir a quantidade de carbono emitida na atmosfera. E foi a partir daí que surgiu a idéia de escrever este trabalho.

Esta monografia tem, assim, o objetivo de discorrer acerca dos esforços do Reino Unido para o combate às mudanças climáticas e para a negociação de um novo acordo climático. A pergunta que pretendo responder ao final do trabalho é: de fato a Inglaterra aumentou seus esforços – tanto dentro como fora do país – para mostrar à comunidade internacional a urgência de se combater as mudanças climáticas e de se negociar um acordo ambicioso de redução de emissões?

Era preciso, no entanto, delimitar um pouco mais o espaço temporal de análise. Inicialmente, pensei em verificar as evidências de 2007, ano que o primeiro ministro Gordon Brown assumiu o cargo, ao fim de 2009, quando da Conferência de Copenhague. Ao longo da pesquisa, no entanto, percebi que esse espaço temporal deixava de fora um evento importante na definição da política externa britânica para as mudanças climáticas: a publicação do relatório “Economia das Mudanças Climáticas”, produzido por Nicholas Stern. Esse documento traz os impactos das mudanças climáticas na economia mundial, e tornou-se um divisor de águas para a atuação britânica no tema.

Importante ressaltar, no entanto, que o fato de ter decidido por essa delimitação temporal não significa que antes desse período nada tenha sido feito para combater as alterações do clima, ou que os governantes britânicos anteriores eram insensíveis à causa. A única intenção é traçar um foco de pesquisa, permitindo análise mais aprofundada de um período que considero “a reta final” para o convencimento de novos atores da urgência da matéria e da importância de um acordo em Copenhague.

Este trabalho, assim, tem os seguintes objetivos geral e específicos:

Objetivo geral: analisar se o houve uma concentração de esforços do Reino Unido entre 2006 e 2009 para a negociação de um novo e ambicioso acordo climático, a ser definido em Copenhague.

Objetivos específicos:

- Verificar se existem motivos para que o Reino Unido passe a considerar a temática das mudanças climáticas como prioritária;

- Analisar se houve mudanças na política interna do país que demonstrem o comprometimento do Reino Unido com a temática;

- Pesquisar se houve alteração significativa na política externa do Reino Unido, inclusive com a tentativa de convencer outros países da importância e da urgência da questão climática.

A hipótese que defendo, e que tentarei confirmar ao longo deste trabalho monográfico, é a de que o Reino Unido de fato ampliou seus esforços na temática das mudanças climáticas, tanto no âmbito interno quanto externo, e que houve uma tentativa de convencimento da comunidade internacional, notadamente dos países mais poluidores, da urgência de se negociar um acordo ambicioso e definitivo sobre o clima em Copenhague.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos deste trabalho foi a coleta de evidências dos esforços do Reino Unido, através da análise de relatórios e documentos produzidos pelo governo britânico sobre mudanças climáticas, exame dos discursos oficiais das principais autoridades britânicas, pesquisa de matérias jornalísticas e de outras informações em meio virtual.

O trabalho, assim, será dividido em três partes, uma para cada objetivo específico. O primeiro capítulo trata das razões que levaram o Reino Unido a priorizar a questão climática. É nesta parte do trabalho que analisamos a importância da publicação do Relatório Stern para a definição do discurso britânico.

Já no primeiro capítulo, abordaremos as mudanças que foram implantadas pelo governo britânico no âmbito doméstico. Isso porque partimos da premissa que, se de fato a questão climática for prioritária para o Reino Unido, isso se verá refletido não apenas no que diz respeito à política externa, mas também na forma com que os governantes tratam a questão com seu público interno.

Por fim, o terceiro capítulo analisará detalhadamente se houve esforços diferenciados na política externa britânica para convencer a comunidade internacional da importância de um acordo do clima. O foco, aqui, é analisar a

atuação do corpo diplomático britânico e a forma com que ele tratou os países-chave na discussão do clima.

Por fim, gostaria apenas de ressaltar que esse trabalho não é sobre mudanças climáticas propriamente ditas, razão pela qual não se pretende aprofundar muito em questões teóricas sobre a temática.

2 AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O REINO UNIDO: O PORQUÊ DE O PAÍS TER ASSUMIDO ESSA TEMÁTICA COMO PRIORITÁRIA.

De forma a confirmar a hipótese de que, nos últimos anos, o Reino Unido investiu na temática das mudanças climáticas e na definição de um acordo climático ambicioso, necessário se faz analisar quais os motivos que levaram o país a priorizar esse tema. Importante, então, conhecer quais os impactos trazidos pelas mudanças climáticas para o país, não apenas do ponto de vista ambiental como também econômico.

2.1 O que são as mudanças climáticas e que impactos são esperados para o mundo.

De acordo com o artigo 1º da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, de 9 de maio de 1992,

“Mudança do clima” significa uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis².

Podemos dizer, assim, que as mudanças climáticas são variações no clima, atribuídas geralmente à atuação das sociedades, em escala global e ao longo do tempo. Essas variações podem ter efeito na temperatura, na precipitação ou em outros fenômenos climáticos, alterando o que se esperaria de acordo com as médias históricas.

A Convenção das Nações Unidas de 1992 traz ainda uma definição para os efeitos negativos das mudanças climáticas, que seriam as alterações no meio ambiente físico resultantes da mudança do clima, que tragam efeitos nocivos significativos à “composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e

²ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992.

administrados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos³.”

Uma das principais conseqüências das mudanças climáticas é a alteração do chamado efeito estufa, que é um fenômeno natural para manter o planeta aquecido e garantir a sobrevivência dos diversos seres vivos na Terra. Entretanto, a ação humana acabou por lançar muitos gases na atmosfera – através da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento, por exemplo – o que alterou a regularidade do efeito estufa, fazendo com que o planeta se torne cada vez mais quente⁴.

Cientistas afirmam que, se as emissões continuarem como estão, a concentração de gás carbônico na atmosfera deve atingir duas vezes os níveis pré-industriais até 2050⁵. A temperatura global pode, até o fim do século, aumentar até 7°C acima do que a média da temperatura pré-industrial, fazendo com que muitas espécies animais comecem a desaparecer. Estima-se que, mesmo que a temperatura suba apenas 2°C, 20 a 30% das espécies animais e/ou vegetais podem vir a serem extintas. O mundo todo seria afetado, no que diz respeito ao meio ambiente, ao abastecimento de comida e de água, e à saúde dos seres humanos⁶.

Around 1.5 billion people currently live in water-stressed regions. Climate change and population growth could increase this to nearly 7 billion by the 2050s, intensifying competition for this life-giving resource. Some areas could become more fertile; others more barren. This may lead to regional food shortages, mass migration and poverty. Malnutrition is expected to increase in developing countries⁷.

Our well-being will be threatened by more frequent and intense heatwaves, floods, storms, wildfires and droughts. However, deaths from cold-related diseases will reduce. Patterns of disease will also change, with wide areas of the world at risk from major diseases, such as Dengue⁸.

2.2 Os impactos ambientais das mudanças climáticas no Reino Unido

³ Ibidem.

⁴ WWF BRASIL, acesso eletrônico.

⁵ MET OFFICE, 2009. p. 2.

⁶ Ibidem. p. 2.

⁷ IPCC *apud* MET OFFICE, 2009. p. 5.

⁸ MET OFFICE, 2009. p. 6.

O Reino Unido será um dos grandes prejudicados pelos efeitos negativos das mudanças climáticas. Por ser uma ilha, o país pode ser bastante afetado pelas inundações e erosões da costa, principalmente nas áreas sul e leste da Inglaterra⁹. Presume-se que o nível do mar no Reino Unido suba algo entre 11 e 76 cm até o fim do século. No pior cenário, um aumento de até 1m90cm é possível, mas improvável¹⁰.

Além do aumento no nível do mar, assusta também o movimento das chuvas no país. Estima-se que, até o ano de 2040, a quantidade de chuvas no sudoeste da Inglaterra diminuirá 13% e aumentará 10% no noroeste do país, em relação aos níveis atuais¹¹. Espera-se que as chuvas pesadas de inverno sejam mais frequentes, o que causaria, potencialmente, mais inundações¹².

Os efeitos do aumento do nível do mar e das inundações ocasionais já são sentidos. Exemplo disso é a barreira do rio Tâmsa, segunda maior comporta móvel do mundo, que impede que a cidade de Londres seja inundada por um aumento excepcional do nível das águas vindo do mar¹³. A barreira era erguida cerca de três vezes por ano, até que, em 2001, foi preciso subir a comporta quinze vezes. A previsão é que, até 2030, seja necessário erguer a barreira do Tâmsa trinta vezes por ano¹⁴.

As temperaturas no país também devem aumentar. Em um cenário de emissões regular (nem maior nem menor do que o atual), estima-se que a temperatura suba cerca de 3,5°C no país até o fim do século. No verão, em especial no sudeste da Inglaterra, calcula-se que a temperatura média subirá 4°C.

There were about 35,000 premature deaths across Northern Europe in the intense heatwave in 2003 (IPCC WGII AR4, 2007) with around 2000 premature deaths in the UK. The heatwave in 2003 occurred during a summer in which average summer temperatures were 2°C above the 1961-1990 average in the UK. However it was the high daily maximum temperatures, combined with a lack of effective plans to deal with these that created casualties. As average temperatures increase, so do the number of hot days, and this relationship is not necessarily linear. A study undertaken by the Met Office suggests that such heatwaves are expected

⁹ BBC Climate Change, acesso eletrônico.

¹⁰ MET OFFICE, 2009. p. 7.

¹¹ DEFRA, 2009. p. 14

¹² MET OFFICE, 2009. p. 7.

¹³ WIKIPEDIA, *Thames barrier*. acesso eletrônico.

¹⁴ ENERGY SAVING TRUST, acesso eletrônico.

to become more frequent in coming decades, as summers as warm as this will be 'normal' by the 2040s¹⁵.

O país será afetado pelas mudanças climáticas em diferentes aspectos. No tocante à energia, a infraestrutura energética está em risco com variações extremas no clima, como inundações e ondas de calor. Muitas estações de energia estão localizadas na costa, o que é preocupante devido ao aumento do nível dos mares. Picos de eletricidade devem ocorrer nas cidades, devido ao uso excessivo de ar-condicionado durante as ondas de calor no verão¹⁶.

A água também será um problema – tanto no que diz respeito aos riscos de inundação quanto ao aumento da demanda pelo suprimento de água potável. Na agricultura, as secas podem aumentar a demanda por irrigação, e as inundações podem destruir plantações¹⁷.

No transporte, o aumento de temperatura e das chuvas pode afetar o sistema viário e ferroviário do país. Há o perigo de as superfícies das estradas derreterem se não forem trocadas por materiais mais resistentes. As rodovias que percorrem a costa do Reino Unido estão ainda ameaçadas pelo aumento do nível do mar e da erosão¹⁸.

Como se pode perceber, se os níveis de emissão de carbono continuarem como estão, muito deverá ser feito no Reino Unido – e também no restante do planeta – para se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas. E essas adaptações geram custos e conseqüências econômicas para um país, conforme veremos no item a seguir.

2.3 Os impactos das mudanças climáticas na economia: o Relatório Stern

Em 30 de outubro de 2006, foi lançado um relatório, encomendado pelo *Chancellor of Exchequer* (equivalente ao ministro da fazenda brasileiro) em julho de

¹⁵ DEFRA, 2009. p. 15.

¹⁶ MET OFFICE, 2009. p.8.

¹⁷ Ibidem. p. 8.

¹⁸ Ibidem. p. 9.

2005, intitulado “Economia das Mudanças Climáticas¹⁹”. O relatório foi publicado por Sir Nicholas Stern, então chefe do Serviço Econômico do Governo Britânico e ex-economista chefe do Banco Mundial. Por causa de seu autor, esse relatório ficou conhecido como o “Relatório Stern”, e trouxe grandes mudanças na forma de se encarar a gravidade e a urgência das mudanças climáticas.

O Relatório Stern foi elaborado como objetivo discutir o efeito das mudanças climáticas na economia mundial. Objetivava contribuir para avaliar as evidências e construir um entendimento sobre a economia das mudanças climáticas²⁰. Buscava, ainda, entender de forma mais abrangente a natureza dos desafios econômicos impostos pela temática, bem como a forma com que eles poderiam ser combatidos, tanto no Reino Unido como pela sociedade internacional²¹.

O Relatório é dividido em duas partes. A primeira metade do documento faz uma análise das evidências dos impactos das mudanças climáticas na economia, bem como os aspectos econômicos de se estabilizar a quantidade de carbono na atmosfera. Em um segundo momento, Lorde Stern começa a discorrer sobre os desafios envolvidos na transição da atual produção econômica para uma economia de baixa emissão de carbono. Nesse ponto, o documento destaca que as sociedades são capazes de se adaptar às conseqüências das mudanças climáticas, que, por sua vez, não podem mais ser evitadas²².

As principais conclusões do Relatório Stern são as seguintes:

- There is still time to avoid the worst impacts of climate change, if a large-scale, global policy response is put into action;
- The benefits of strong and early action far outweigh the economic costs of not acting; unabated climate change could lead to natural disasters, way outside human experience, and hundreds of millions would suffer;
- The Review calculates that the effects of unabated climate change would cost between 5 and 20% of world GDP per year by 2050. By contrast, the costs of action to reduce greenhouse gas emissions to a stable level of 550 parts per metre can be limited to around 1% of global GDP per year. This

¹⁹ *Economics of Climate Change*, no original.

²⁰ STERN. *Economics of climate change: executive summary*, 2006. p. i.

²¹ REINO UNIDO, *Background to Stern Review on the Economics of Climate Change*, acesso eletrônico.

²² STERN, *op cit.* 2006. p. i.

represents a manageable target if everyone is prepared to make a huge effort²³.

(...) the evidence gathered by the Review leads to a simple conclusion: the benefits of strong, early action considerably outweigh the costs²⁴.

Lorde Stern argumenta que uma mudança para uma economia de baixa emissão de carbono é a única estratégia que garante o crescimento econômico no médio e longo prazo. Essa transição fará com que novas oportunidades de negócios apareçam, como novos mercados para tecnologias de baixo carbono. Assim, do ponto de vista econômico, políticas de mitigação²⁵ seriam a melhor opção²⁶.

Climate change is a story of both risk and opportunity. The likelihood of catastrophic outcomes under business as usual is increasingly clear from the science. The cost of taking strong action now is manageable and far less than incurring the risks and cost of doing nothing. However, the debate around climate change action should not be seen purely through the lens of containing and managing economic costs. More importantly, the transition to a low-carbon economy offers substantial opportunities for those countries which act early. Such action will lay the foundations for more sustainable economic growth in future, driving future innovation and job opportunities, whilst supporting energy security and a cleaner, safer, quieter and more bio diverse environment²⁷.

O relatório sustenta, ainda, que é necessário que os países se comprometam com uma ação mais ambiciosa – e não apenas de forma individual, mas através da fixação de um sistema internacional de ação e cooperação, que inclua mercados de carbono, cooperação tecnológica, combate ao desflorestamento e políticas de adaptação.

A shared global perspective on the urgency of the problem and on the long-term goals for climate change policy, and an international approach based on multilateral frameworks and co-ordinated action, are essential to respond to the scale of the challenge. International frameworks for action on climate change should encourage and respond to the leadership shown by different countries in different ways, and should facilitate and motivate

²³ Comunicado de imprensa do FCO sobre o Relatório Stern. Disponível em <<http://www.fco.gov.uk/en/news/latest-news/?view=News&id=2065901>>. Acesso em 5 de março de 2010.

²⁴ STERN, *op cit.* 2006. p. ii.

²⁵ “Mitigation – taking strong action to reduce emissions – must be viewed as an investment, a cost incurred now and in the coming few decades to avoid the risks of very severe consequences in the future. If these investments are made wisely, the costs will be manageable, and there will be a wide range of opportunities for growth and development along the way”. STERN, *op cit.*, 2006, p. i.

²⁶ Comunicado de imprensa do FCO sobre o Relatório Stern.

²⁷ STERN *apud* FCO. *Departmental report and resource accounts*. vol. 1, 2009. p. 44.

the involvement of all states. They should build on the principles of effectiveness, efficiency and equity that have already provided the foundations of the existing multilateral framework²⁸.

Como veremos ao longo deste trabalho, essa postura adotada por Stern – sobre a urgência de os países se comprometerem com o combate às mudanças climáticas e construírem um acordo global com metas ambiciosas sobre a matéria – vai conduzir parte da atuação do governo britânico, notadamente no cenário internacional.

A principal inovação do Relatório Stern é encarar o fenômeno climático não mais como um assunto ambiental, restrito às discussões sobre preservação da natureza, mas sim uma discussão sob o ponto de vista econômico, que envolve custos para os países. A partir desse estudo, as mudanças climáticas passam a ser encaradas como uma oportunidade de geração de empregos, como alternativa para a crise econômica, como superação da questão energética nacional. Combater as mudanças climáticas (e, como veremos mais adiante, negociar um acordo ambicioso de redução de emissões e combate aos efeitos das mudanças climáticas) é importante, assim, para garantir a prosperidade econômica e a segurança nacional do Reino Unido e de todo o globo.

É inegável a importância do Relatório Stern no embasamento das ações do governo britânico e na fala pública das autoridades inglesas sobre as mudanças climáticas. Em discursos e artigos de apresentação do relatório, o então primeiro ministro britânico Tony Blair chegou a dizer que o documento era o mais importante com previsões sobre o futuro que ele já tinha lido desde que se tornou primeiro ministro do Reino Unido²⁹.

O premiê declarou ainda que

The Stern Report should be seen across the globe as the final word on why the world must act now to limit the damage we are doing to our planet. The conclusions are a wake-up call to every country in the world. The case for action is the final piece of the jigsaw to convince every single political leader, including those in America, China and India, that this must be top of their agenda.

²⁸ STERN. *Economics of climate change*: executive summary, 2006, p. xxii.

²⁹ Comunicado de imprensa do *Number 10* sobre o Relatório Stern. Disponível em <<http://www.number10.gov.uk/Page10300>>. Acesso em 5 de março de 2010.

Climate change won't just affect hot countries or those in the developing world — it will affect us all. The report is clear: We are heading towards catastrophic tipping points in our climate unless we act.

We need a concerted global effort from governments, scientists and businesses and a massive injection of funding, to create a technology revolution that vastly reduces the energy we use, and improves solar panels and other renewable energy. (...) Crucially, it is cheaper to act now than wait³⁰.

Destacou, ainda, que o relatório não é pessimista – pelo contrário, Lorde Stern mostra que ainda existe uma oportunidade de combater essa ameaça que ronda o planeta³¹.

O atual primeiro ministro britânico, Gordon Brown, também reconhece a importância das conclusões do estudo de Stern. Brown, que estava no cargo de *Chancellor of Exchequer* quando da solicitação e da publicação do relatório, fez referência ao documento em pelo menos três oportunidades: no primeiro e no segundo discursos sobre mudanças climáticas (em novembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente), e na sua fala sobre a criação de uma economia de baixo carbono, em julho de 2008.

As the Stern Report, which we commissioned when I was at the Treasury, shows, the economic cost of this kind of climate change, the change which the world is currently headed for, would be comparable to the economic effects of a great depression combined with world war. But what the Stern Report also demonstrated is that momentous as the challenge is, meeting it is both technologically feasible, economically rational. The costs of urgent action are far less than the costs of delay, and the earlier we act the easier and less expensive our task will be³².

Até mesmo o Príncipe Charles, herdeiro do trono britânico e antigo defensor da causa ambiental, fez coro com os admiradores de Lorde Stern: desde que o relatório foi lançado, o príncipe citou pelo menos 23 vezes o nome do economista inglês em seus discursos oficiais³³.

A sociedade civil britânica também acolheu bem o documento produzido por Lorde Stern. Documento produzido em novembro de 2006 pela Organização

³⁰ BLAIR, 2006.

³¹ Ibidem.

³² BROWN. *Speech on climate change*, 2007. In: *Speeches and transcripts*.

³³ THE PRINCE OF WALES. *Speeches and articles*.

Não-Governamental (ONG) Friends of the Earth/UK trouxe a seguinte consideração sobre o relatório:

After Stern this is no longer - if it ever was – excusable [ações modestas de combate às mudanças climáticas]. The Stern Report made clear the urgent need for decisive action and strong measures from Governments to tackle the economic, social and environmental threats of climate change. International efforts are crucial but so is national policy.

The Stern report makes absolutely clear that this is a job for Government intervention not for uncontrolled markets. This is a wake-up call for a Government that has championed deregulation and voluntary approaches. The Stern Report makes clear that intervention will need to make appropriate use of all policy options, tax, trading, regulation and subsidy – rather than relying heavily on one³⁴.

Fica claro, portanto, que o Relatório Stern representa um divisor de águas na política britânica para as mudanças climáticas. A partir da publicação do documento, o debate é deslocado dos círculos estritamente ambientais e começa a ser encarado do ponto de vista econômico, como medida necessária para evitar impactos negativos na riqueza dos países e como oportunidade de investimento. Uma ação para conter os efeitos nocivos das alterações do clima torna-se, portanto, urgente.

Assim, depois de verificar os impactos que as mudanças climáticas trariam para o mundo e, em especial, para a Inglaterra – não apenas do ponto de vista ambiental, mas também com altos custos para a economia do país – resta claro que o Reino Unido tem motivos para defender a questão do clima como prioritária, notadamente no que diz respeito à prosperidade e à segurança do país.

³⁴ FRIENDS OF THE EARTH, 2006.

3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICA DOMÉSTICA: *LEAD BY EXAMPLE*.

Conforme detalhado no capítulo anterior, os estudos mostram que, tanto do ponto de vista ambiental quanto do econômico, é urgente que se combata os efeitos das mudanças climáticas e que se faça uma transição para uma economia de baixo carbono. De forma a verificar se as autoridades britânicas se convenceram da importância da temática, notadamente após a publicação do Relatório Stern, necessário se faz analisar as políticas adotadas pelo governo inglês para lidar internamente com a questão.

3.1 A criação do Departamento de Energia e Mudanças Climáticas

Em 3 de outubro de 2008, o primeiro ministro Gordon Brown criou o Departamento de Energia e Mudanças Climáticas (DECC, em inglês³⁵), para assumir funções que antes eram do Departamento para Negócios, Empreendimento e Reforma Regulatória – que tratava dos assuntos relacionados a energia – e do Departamento para Meio Ambiente, Alimento e Assuntos Rurais – que era o principal responsável pelas políticas de combates às mudanças climáticas.

The Department of Energy and Climate Change will bring together energy and climate change policy to respond to the challenges faced in working towards decarbonising the economy and ensuring energy security. The department will lead the Government's response to three of the key challenges the country is facing³⁶.

Os principais desafios apontados seriam: 1) o aumento dos preços da energia no mundo e a estratégia governamental para garantir a segurança das fontes energéticas; 2) a normatização da legislação nacional sobre mudanças climáticas e a

³⁵ *Department of Energy and Climate Change*, no original.

³⁶ REINO UNIDO. *Machinery of Government*: economy, business, climate change, energy and environment. Acesso eletrônico.

operacionalização dos orçamentos de carbono³⁷; e 3) o imperativo de conseguir atingir um acordo – tanto em nível europeu como no âmbito internacional – para combater as mudanças climáticas, bem como a implantação desses acordos³⁸.

A criação desse departamento, visando melhor equipar o corpo ministerial britânico para lidar com os principais desafios que o país enfrenta, demonstra a importância dada pelo Reino Unido à questão das mudanças climáticas e de segurança energética.

3.2 A legislação britânica sobre mudanças climáticas: *The Climate Change Act*.

Em novembro de 2008, foi lançado no Reino Unido o *Climate Change Act*. O país se tornou, assim, o primeiro a desenvolver uma lei de mudanças climáticas, ou seja, um conjunto de normas que tenham como objetivo enfrentar as mudanças climáticas em longo prazo.

A partir desse marco legal, o Reino Unido deve adotar políticas de adaptação às mudanças climáticas e comprometer-se com uma economia de baixo carbono³⁹.

The Climate Change Act has created a new approach to managing and responding to climate change in the UK, by setting ambitious, legally binding targets, taking powers to help meet those targets, strengthening the institutional framework, enhancing the UK's ability to adapt to the impact of climate change, and establishing clear and regular accountability to Parliament.

Central to the Act is a legally binding target to reduce the UK's greenhouse gas emissions to at least 80 per cent below 1990 levels by 2050, to be achieved through action at home and abroad⁴⁰.

³⁷ Ver item 3.2.

³⁸ REINO UNIDO. *Machinery of Government*.

³⁹ Comunicado de imprensa da Embaixada do Reino Unido em Brasília sobre a Lei de Mudança Climática. Disponível em: < <http://centralcontent.fco.gov.uk/central-content/campaigns/act-on-copenhagen/central-content-website/030-global-action/americas/brazil/055-ukaction-portuguese/010-government-portuguese/010-climatechangeact-portuguese>>. Acesso em 10 de março de 2010.

⁴⁰ DECC. *5NC*, 2009. p. 34.

A lei cria, ainda, um Comitê de Mudanças Climáticas, formado por especialistas e de atuação independente, para aconselhar o governo britânico acerca das metas estabelecidas e das políticas públicas a elas relacionadas.

Outra inovação da legislação britânica sobre mudanças climáticas é a criação dos orçamentos de carbono.

To drive progress towards this target, the Act introduces five-year carbon budgets, which will define the emissions pathway to the 2050 target by limiting the total amount of greenhouse gas emissions allowed in the UK in each five year period, beginning in 2008. The first three carbon budgets – for 2008-12, 2013-17, and 2018-22 – were set in May 2009. In setting them, the Government has taken into account a range of matters set out in the Act, consulted the Devolved Administrations of Scotland, Wales and Northern Ireland, and obtained and taken into account the advice of the independent Committee on Climate Change (CCC), which has been established under the Act both to advise the Government on setting carbon budgets and to report to Parliament on the progress made in reducing greenhouse gas emissions⁴¹.

Os orçamentos de carbono, assim, foram criados para garantir que o Reino Unido possa atingir as metas estabelecidas, fixando um limite para as emissões do país em cada período de cinco anos, com início no período de 2008 a 2012. Além de serem determinados por lei, os orçamentos de carbono devem ser compensatórios durante o período de cinco anos estabelecido – ou seja, se as emissões de um setor tiverem aumentado, outro setor deve diminuir as suas. Fornecem, ainda, às autoridades britânicas uma base de análise das conseqüências envolvendo qualquer decisão política relacionada ao carbono, de modo a permitir a administração eficiente da redução de emissões na economia do país⁴².

3.3 A adoção de um plano de transição para uma economia de baixo carbono

O governo britânico lançou, em 15 de julho de 2009, o seu Plano de Transição para uma Economia de Baixo Carbono. O documento detalha como o Reino Unido atingirá suas metas nacionais de redução de emissões, de acordo com o

⁴¹ Ibidem. p. 34.

⁴² Comunicado de imprensa da Embaixada do Reino Unido em Brasília sobre a Lei de Mudança Climática.

estipulado no *Climate Change Act*, ou seja, diminuir em 34% até 2020, tendo como referência os níveis de 1990⁴³.

Este documento preliminar apresenta o Plano de Transição para 2020 de transformação do nosso setor energético, nossos lares e locais de trabalho, nosso transporte, nossa agricultura e a forma como administramos nossa terra e resíduos; com o objetivo de permanecer dentro dos orçamentos de carbono, assegurar fontes de energia, maximizar oportunidades econômicas e proteger os mais vulneráveis⁴⁴.

Do ponto de vista doméstico, o plano de transição visa alcançar, até 2020, mais de 1.2 milhões de empregos verdes, sete milhões de casas beneficiadas por reformas que reduzam o uso de água e energia, 40% da eletricidade do país procedente de fontes que emitem uma quantidade reduzida de carbono, redução em metade da quantidade de gás importado pelo Reino Unido, um carro médio novo emitirá 40% menos carbono do que os carros atuais⁴⁵.

A adoção desse plano de transição também é uma mensagem para a Conferência de Copenhague, a ocorrer em dezembro de 2009. Ele mostra que o Reino Unido já está tomando medidas para garantir sua prosperidade econômica e sua segurança, estando pronto para desempenhar seu papel na conferência com políticas reais de redução de emissões.

Os países desenvolvidos devem mostrar liderança e ambição nos próximos meses – e precisarão de um plano de transição de baixo carbono se quiserem ser levados a sério pelo mundo em desenvolvimento no caminho para Copenhague⁴⁶.

Percebe-se, portanto, que o Reino Unido implantou políticas domésticas efetivas para lidar com o desafio climático. Primeiro, ao realizar uma reforma organizacional, mudando a configuração ministerial do governo e destinando um departamento para tratar especificamente de mudanças do clima e de energia. Depois, ao introduzir uma legislação que criasse metas obrigatórias de redução de

⁴³Comunicado de imprensa sobre o Plano de Transição para uma Economia de Baixo Carbono, disponível em: <<http://www.actioncopenhagen.decc.gov.uk/en/global-action/1/americas/brazil/portuguese/portuguese-uk-action/government-portuguese/transition-plan>>. Acesso em 10 de março de 2010.

⁴⁴ REINO UNIDO. *Plano de transição para uma economia de baixo carbono*: sumário executivo, 2009. p. 2.

⁴⁵ Comunicado de imprensa do DECC sobre o Plano de Transição para uma Economia de Baixo Carbono, disponível em <<http://www.decc.gov.uk/en/content/cms/news/pn081/pn081.aspx>>.

⁴⁶ Comunicado de imprensa sobre o Plano de Transição para uma Economia de Baixo Carbono.

emissões no país, inovando em matéria de leis nacionais sobre o clima – com destaque para os orçamentos de carbono. E, por fim, ao elaborar um roteiro claro para a transição do país para uma economia de baixo carbono, estipulando ações claras de como atingir os limites estipulados no *Climate Change Act*. Se o Reino Unido pretende liderar as negociações sobre um acordo do clima, sem dúvida ele começou a fazê-lo ao realizar mudanças no país que servirão de exemplo para todo o mundo.

4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICA EXTERNA: COMO O REINO UNIDO TENTOU INFLUENCIAR A COMUNIDADE INTERNACIONAL A NEGOCIAR UM ACORDO AMBICIOSO EM COPENHAGUE.

A partir da análise efetuada nos capítulos anteriores, concluiu-se que, se as emissões continuarem como estão, as mudanças climáticas trarão altos custos ambientais e econômicos para todo o mundo. Além disso, verificou-se que o Reino Unido, ciente da ameaça climática, realizou reformas em sua política interna de forma a melhor lidar com esse desafio. Neste capítulo, verificar-se-á se essas modificações também foram implantadas no âmbito das relações com os outros países, confirmando ou não a hipótese de que o Reino Unido tentou influenciar a comunidade internacional a chegar a um acordo final ambicioso em Copenhague em matéria climática.

4.1 O trabalho do *Foreign e Commonwealth Office* e os novos objetivos de política externa do Reino Unido

O *Foreign and Commonwealth Office* (FCO) é o equivalente britânico ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro. É o departamento que representa o governo do Reino Unido no exterior, por meio de seu corpo diplomático, e também é responsável por promover os interesses britânicos no exterior, e também dar suporte aos cidadãos e empresas britânicas em todo o mundo⁴⁷. O ministério foi criado em 1968, a partir da união do *Foreign Office* com o *Commonwealth Office*, este o antigo responsável pelo diálogo entre o governo britânico e os países da Comunidade das Nações, ex-colônias britânicas.

O cargo mais alto do FCO é o Secretário de Estado para os Negócios Exteriores e da Comunidade das Nações. Com a posse de Gordon Brown como primeiro ministro britânico, em junho de 2007, o membro do parlamento David Miliband assumiu a função de chefiar o FCO.

⁴⁷ FCO (sítio eletrônico). *About us*. Disponível em: < <http://fco.gov.uk/en>>. Acesso em 10 de março de 2010.

Importante notar que, antes de ser nomeado ministro das relações exteriores, David Miliband foi Secretário de Estado no Departamento de Alimentos, Meio Ambiente e Assuntos Rurais (DEFRA, em inglês⁴⁸), de maio de 2006 a junho de 2007. Enquanto ministro do meio ambiente, Miliband ficou conhecido com árduo defensor do debate internacional sobre os efeitos das mudanças do clima, acreditando que a cooperação entre todos os países é fundamental para se combater a questão climática⁴⁹.

Em 2007, ainda no cargo de ministro do meio ambiente, Miliband liderou a negociação britânica para conseguir um acordo ambicioso sobre mudanças climáticas no âmbito da União Européia, e conclamou as 27 nações européias a apoiarem a proposta de redução das emissões de gases poluentes em 30% até 2020⁵⁰. Ele achava que a Europa deveria avançar em dois aspectos: a transição para uma economia de baixo carbono e a liderança para uma ação global de combate às mudanças climáticas.

Com a posse de Miliband no FCO, e com o deslocamento das temáticas de mudanças climáticas e energia do DEFRA para o DECC⁵¹, o irmão mais novo de David, Ed Miliband, assumiu o cargo de Secretário de Mudanças Climáticas e Energia do governo britânico, ficando responsável por liderar no país as negociações por um acordo global de redução das emissões.

A passagem de David Miliband pelo DEFRA e o seu histórico de militante da questão climática são indícios de que o debate sobre as mudanças do clima ficaram mais presentes no FCO desde que ele assumiu o novo cargo. Exemplo disso foi a reformulação dos objetivos de política externa do Reino Unido, que aconteceu no início de 2008, após longas discussões iniciadas após posse do mais velho dos Miliband.

O novo quadro estratégico do FCO tem como missão “Um mundo melhor, um Reino Unido melhor⁵²”, o que demonstra a visão britânica que não é

⁴⁸ *Department for Food, Environment and Rural Affairs*, no original.

⁴⁹ Wikipedia. *David Miliband*. Acesso eletrônico.

⁵⁰ MILIBAND et al. *Testing time for EU climate policy*, 2007.

⁵¹ Ver item 3.1.

⁵² *Better World, Better Britain*, no original.

possível ter segurança física, econômica ou ambiental no país sem promover esses valores no exterior⁵³.

When David Miliband became Foreign Secretary in June 2007 he set in hand a strategic review to ensure that the FCO focused on the most important issues where it could make the most difference. (...) The new FCO Strategic Framework explicitly recognises the role of the FCO's global network in delivering for the government as a whole. This means that, in addition to delivering the FCO's own new policy priorities and its public services, FCO posts will continue to provide a platform for government partners to deliver their own international priorities. As part of the Strategic Framework, the FCO also has a mission statement – “Better World, Better Britain” – reflecting the fact that, in our interdependent world, we can no longer have environmental, physical or economic security in the UK without promoting it overseas. A better world is necessary for a better Britain⁵⁴ [grifos da autora].

O novo marco estratégico da política externa britânica, apresentado em fevereiro de 2008 e em vigor até hoje, é o seguinte:

- A flexible global network of staff and offices, serving the whole of the UK Government.
- Three essential services which:
 - support the British economy
 - support British nationals abroad and
 - support managed migration for Britain.
- Four policy goals to:
 - counter terrorism and weapons proliferation and their causes
 - prevent and resolve conflict
 - promote a low carbon, high growth, global economy and
 - develop effective international institutions, in particular the United Nations (UN) and the European Union (EU)⁵⁵.

Importante notar que, entre os objetivos de política externa do governo britânico, foi incluída a ação de promover uma economia global de baixo carbono e de alto crescimento. Esse objetivo será alcançado, segundo o FCO, se criadas as condições para uma rápida transição para uma economia de baixo carbono, com a negociação de um ambicioso acordo climático para o pós-2012; com o aumento da segurança energética britânica, diversificando as suas fontes e tornando o consumo global mais eficiente; e aumentando o comprometimento internacional com uma

⁵³ REINO UNIDO. *Foreign and Commonwealth Office: progress and next steps*, 2009. p. 5.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 5.

⁵⁵ *Ibidem*. p. 5.

economia aberta, e somando esforços para atingir as metas de desenvolvimento do milênio⁵⁶.

The FCO has been working internationally to ensure that the benefits of globalisation – to the UK and internationally – are not undermined by the crisis. We have been working to ensure that governments understand the importance of building a resilient recovery offering stable, sustainable growth. We will continue to work with the US administration and others to align our economic, energy and climate goals, so that the global recovery is based on low-carbon growth⁵⁷.

Our role is to build the political conditions to transform the global economy to low carbon. This means persuading world leaders that only a low-carbon growth path is consistent with their country's prosperity and security. Without this we will not get the ambitious deal we need on climate change at the Copenhagen conference in December 2009⁵⁸.

Fica clara, nos objetivos estratégicos e na ação do FCO, a visão da diplomacia britânica de pressionar os demais países a negociarem um acordo ambicioso em Copenhague. De forma a melhor ilustrar a ação do FCO, vamos analisar um pouco mais a ação do Reino Unido em convencer um dos países-chave das negociações climáticas da urgência da questão climática: o Brasil.

4.1.1 Estudo de caso: mudanças climáticas e o trabalho do FCO no Brasil

De forma a convencer a sociedade internacional a negociar um acordo ambicioso em Copenhague, é necessário buscar aliados com capacidade de influenciar outros países e que possam defender a urgência da questão climática. O Reino Unido considera o Brasil um ator importante na discussão das mudanças do clima, como traz um texto disponível no sítio eletrônico da Embaixada Britânica em Brasília⁵⁹.

A influência do Brasil no cenário internacional vem aumentando cada vez mais, sendo o quinto país mais populoso, a quarta maior democracia e a décima economia do mundo. O crescimento econômico e o aumento na

⁵⁶ FCO (sítio eletrônico). *Departmental Strategic Objectives*. Acesso eletrônico.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Sítio eletrônico da Embaixada do Reino Unido em Brasília. Disponível em: < <http://ukinbrazil.fco.gov.uk> > . Acesso em 30 de março de 2010.

demanda de consumo previstos para o futuro exercerão forte pressão sobre seus abundantes recursos naturais. O Brasil tem o maior território de floresta tropical do mundo e estima-se que 20% da água doce do planeta encontra-se na Amazônia brasileira.

O Brasil tem o potencial de desempenhar um papel chave para ajudar o mundo a alcançar um ambicioso acordo pós-2012 nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) em Copenhague em dezembro, sendo um importante parceiro do Reino Unido nas questões de mudanças climáticas. O país recentemente lançou um Plano Nacional de Mudanças Climáticas, o qual se comprometeu com a redução de emissões em áreas cruciais, tais como na mudança de uso da terra e no desmatamento (responsável pela maior parte de emissões dos gases de efeito estufa no país), além de assumir a responsabilidade de estimular a eficiência energética, manter uma alta proporção de uso de energias renováveis e encorajar uma maior sustentabilidade no uso e disponibilidade de biocombustíveis⁶⁰.

A prioridade do Reino Unido para a questão climática se reflete no apoio financeiro destinado a projetos brasileiros. Em setembro de 2008, foi publicado o Livro Azul 2008 da cooperação da União Européia no Brasil. O documento traz uma visão geral da cooperação conduzida pelo bloco no país, bem como informações específicas das atividades de cooperação dos estados europeus no Brasil⁶¹. De acordo com o documento, a carteira de programas apoiados pela Embaixada do Reino Unido em Brasília⁶² inclui apenas projetos que envolvam as temáticas de mudanças climáticas e energia, desenvolvimento sustentável e governança econômica⁶³.

O mesmo acontece com os projetos do Fundo de Programas Estratégicos (SPF, em inglês⁶⁴). O SPF é um fundo criado em 2007 que contribui financeiramente para que os quatro objetivos da política externa britânica sejam alcançados – dentre eles a promoção de uma economia global de baixo carbono e alto crescimento. Esse fundo permite o financiamento de projetos, em parceria com governos locais, organizações não-governamentais e líderes empresariais, por exemplo, de forma a engajar novos atores em temáticas centrais para o Reino Unido⁶⁵.

Através do Programa *Low Carbon, High Growth* do SPF, que visa financiar projetos que atendam o objetivo de política externa britânica de promover

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ UNIÃO EUROPÉIA, 2008. p. 5.

⁶² Excluem-se aqui os projetos apoiados pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID), tendo em vista o foco nas ações do FCO.

⁶³ UNIÃO EUROPÉIA, 2008. p. 80.

⁶⁴ *Strategic Programme Fund*, no original.

⁶⁵ FCO. *Strategic Programme Fund*. 2009. p. 5.

uma economia global de baixo carbono e de alto crescimento, 22 países considerados “prioritários” recebem ajuda financeira britânica. Nesses países, são financiados projetos que ajudem a colocar em prática marcos políticos que permitam a assinatura e a implantação de um acordo ambicioso para conter os efeitos das mudanças climáticas; contribuam com a criação de apoio político para que um acordo ambicioso seja assinado em Copenhague, fortalecendo a idéia com importantes atores da sociedade como empresários e sociedade civil organizada; e promovam um consumo eficiente de energia, através da implantação de marcos regulatórios sobre eficiência energética⁶⁶. O Brasil é um desses países prioritários, principalmente na temática de segurança climática, juntamente com os outros membros do BRIC⁶⁷ (Rússia, Índia e China)⁶⁸.

Um dos projetos no Brasil financiados por esse fundo foi o chamado *Supporting climate change in Brazil*⁶⁹, que teve um papel decisivo na elaboração do Plano Nacional de Ação em Mudanças Climáticas, apresentado pelo Presidente Lula em dezembro de 2008. Através desse projeto, o FCO financiou as atividades do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas⁷⁰. O fórum, através de atividades com o setor privado, a sociedade civil e atores governamentais, influenciou aqueles que escreveram o Plano a torná-lo mais abrangente e mais ambicioso do que o originariamente planejado. Segundo análise do próprio FCO, “this is an extremely important step in Brazil taking a proactive stance on tackling climate change at the Copenhagen conference in December 2009”⁷¹.

Além do financiamento de projetos ligados à temática de mudanças climáticas, a Embaixada do Reino Unido investiu em visitas de autoridades britânicas ao Brasil para que discutissem com os governantes e o público brasileiro

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ “Na economia, BRIC (...) é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia e China, que destacaram-se no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. O acrônimo foi cunhado e proeminentemente usado pelo economista Jim O'Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs, em 2001”. Wikipedia. *BRIC*. Acesso eletrônico.

⁶⁸ FCO. *Strategic Programme Fund*. 2009. p. 47.

⁶⁹ FCO. *Departmental report and resource accounts*. vol. 1, 2009. p. 41.

⁷⁰ O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas é uma parceria entre sociedade, governo, universidade e setor privado que tem o papel de “conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O FBMC deve auxiliar o governo na incorporação das questões sobre mudanças climáticas nas diversas etapas das políticas públicas”. Mais informações no sítio eletrônico: <<http://www.forumclima.org.br>>.

⁷¹ FCO. *Departmental report and resource accounts*. vol. 1, 2009. p. 41.

em geral a temática do combate às mudanças climáticas. Como o próprio embaixador britânico no Brasil já declarou em uma ocasião, visitas podem ser ferramentas úteis na diplomacia⁷².

No período de aproximadamente um ano antes da conferência de Copenhague – de novembro de 2008 a dezembro de 2009 – a Embaixada Britânica organizou pelo menos cinco visitas de personalidades britânicas importantes na discussão sobre mudanças climáticas.

A primeira delas foi a visita do economista Lorde Nicholas Stern, autor do relatório Economia das Mudanças Climáticas⁷³. O economista participou de uma oficina na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e de um seminário sobre os desafios e oportunidades econômicas relacionados às alterações do clima. Este evento aconteceu na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e foi uma oportunidade de o economista debater as conclusões de seu relatório com representantes do governo, do setor privado, das universidades e da sociedade civil. A Embaixada do Reino Unido, além de transmitir a palestra ao vivo pela Internet, também disponibilizou vários vídeos no *Youtube*, onde Stern expõe as principais conclusões do relatório sobre a economia do clima, além de falar sobre as negociações internacionais sobre o clima e o papel que o Brasil pode desempenhar na temática⁷⁴.

O Brasil recebeu duas visitas muito importantes em março de 2009: a primeira, do Príncipe de Gales e da Duquesa de Cornuália, e a segunda do primeiro ministro britânico Gordon Brown.

Na programação, visitas prestadas ao Presidente Lula, ao Congresso Nacional e a uma comunidade indígena na floresta amazônica “para que o Príncipe pudesse ver o desenvolvimento sustentável ao vivo⁷⁵”. Em discurso intitulado “Menos de 100 meses para agir”, realizado no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, o príncipe reconheceu a importância do Brasil, como o quinto país mais

⁷² CHARLTON. *A importância das visitas para a diplomacia*, 2010. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

⁷³ Ver capítulo 2.

⁷⁴ A Embaixada do Reino Unido em Brasília possui um canal exclusivo no Youtube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/ukinbrazil>>. Acesso em 1 de abril de 2010.

⁷⁵ CHARLTON. *Visita real ao Brasil: continuação*, 2009. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

populoso e a quarta maior democracia, e disse que o país deveria ser claramente ouvido pela comunidade internacional⁷⁶.

Em determinado momento de seu discurso, o Príncipe de Gales fez uma discreta crítica àqueles que acreditam que o investimento no petróleo ajudaria o Brasil a superar a crise:

Seemingly, the easiest way to solve the economic crunch would be to exploit more of the world's dwindling resources, including fossil fuel reserves, and thus to continue with patterns of industrial development that have underpinned economic growth for more than two centuries⁷⁷.

Mas termina por reconhecer a importância da cooperação e da liderança brasileiras para o mundo: “Success will require cooperation and leadership and it is truly remarkable how Brazil has proved so willing in offering the international community both of these sometimes scarce commodities”⁷⁸.

Um importante compromisso do Príncipe Charles no período em que esteve no Brasil foi um encontro com mais de 30 empresários nacionais dispostos a debater o combate às mudanças climáticas, através da redução das emissões de carbono⁷⁹. A idéia seria conectar esses empresários ao *Corporate Leaders Group*, grupo empresarial liderado pelo príncipe, formado por empresários britânicos e de outros países⁸⁰ e que atua internacionalmente na questão climática.

Documento do FCO⁸¹ deixa claro que a visita do Príncipe Charles ao Brasil se justifica dentro do debate de mudanças climáticas, destacando o papel do Brasil nas negociações sobre a temática.

The key theme of any visit to Brazil would be climate change and deforestation. A visit would strongly support UK climate change objectives. Brazil is a key member of the coalition working to tackle climate change. It is a major global supplier of agricultural products and minerals. It will be the key supplier of biofuels in the future and has the

⁷⁶ THE PRINCE OF WALES. *Less than 100 months to act*, 2009. In: Speeches and articles.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Reportagem do jornal O Globo. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/12/visita-do-principe-charles-ao-brasil-acende-debate-sobre-meio-ambiente-754811927.asp>>.

⁸⁰ Mais informações sobre o Corporate Leaders Group no item 4.4.2.

⁸¹ Esse documento é fruto de uma pergunta formulada por um cidadão britânico ao FCO, respondida pelo órgão com base no *Freedom of Information Act*. FCO. Resposta a pergunta sobre a viagem do Príncipe de Gales ao Chile, Brasil e Equador em março de 2009 com base no *Freedom of Information Act*, 2009.

world's largest stake of tropical agricultural land, tropical forest, biodiversity and water. A visit would offer an important opportunity to the Prince of Wales to take forward his Rainforests initiative and see what is happening on the ground to combat deforestation and reduce Greenhouse Gas emissions (GHG). But Brazil is central to other important British interests (a world trade deal, reducing poverty and strengthening the international system). The visit would also enable HMG to repay the Lula State visit in 2006. It would help build the stronger future relationship with Brazil that we will need as its power as an emerging country grows and it is increasingly influential internationally⁸².

Logo após a visita do herdeiro do trono inglês, foi a vez do primeiro ministro Gordon Brown visitar o Brasil. A temática central dos compromissos de Brown no país era a crise financeira e a preparação para a Cúpula de Londres do G20⁸³. Mas o premiê não perdeu a oportunidade de falar sobre a questão climática. Em artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, Brown afirmou que

Reconstruir a estabilidade financeira mundial é um desafio global que exige soluções globais. Entretanto, a instabilidade financeira é apenas um dos desafios que a globalização nos traz. Nossa tarefa ao trabalharmos juntos é assegurar uma recuperação com alto crescimento e baixa emissão de carbono, tratando com seriedade o desafio global da mudança climática⁸⁴.

Em palestra proferida na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, Brown disse que, assim como nenhuma conversa sobre o futuro da economia global poderia ser realizada sem a presença do Brasil, também nenhuma discussão sobre o futuro do nosso clima poderia ser feita sem o país que possui as maiores reservas de florestas tropicais, água doce e biodiversidade. Lembrou que, assim como a crise financeira então vivida, o mundo também presenciava uma crise climática, que é urgente e que nos apresenta desafios, mas que a Conferência de Copenhague se apresentava como uma oportunidade de discutir essa questão⁸⁵. Ainda no contexto de sua visita ao Brasil, em uma entrevista à Revista Veja, Gordon Brown, em meio a perguntas sobre a crise financeira global, também falou sobre a urgência de se combater as mudanças climáticas.

⁸² Ibidem.

⁸³ G20 é o grupo das vinte maiores economias do mundo.

⁸⁴ BROWN *apud* CHARLTON. *Por uma nova ordem mundial*. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

⁸⁵ BROWN. *PM's speech in Sao Paulo*, 2009. In: Speeches and transcripts.

Preocupar-se com as mudanças climáticas é uma necessidade, não um luxo. Não é algo que possa ser adiado até que as previsões econômicas se mostrem otimistas. Investimentos em negócios e tecnologias verdes serão a garantia de uma recuperação resistente e sustentável, pois não correríamos o risco de um renascimento dos elevados preços de energia. Essas medidas podem ainda criar empregos a curto e médio prazo. É de nosso total interesse, portanto, que o mundo ingresse em uma trajetória mais limpa de crescimento. Um passo importante para isso é traçar um ambicioso acordo global sobre mudanças climáticas no encontro em Copenhague, capital da Dinamarca, em dezembro deste ano⁸⁶.

Em agosto de 2009, o Ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido Ed Miliband veio ao Brasil para falar sobre as mudanças climáticas. Entre os compromissos, uma visita a uma usina de etanol; encontro com índios e fazendeiros na região do Rio Xingu (Mato Grosso) e conversas sobre o combate ao aquecimento global com os ministros Celso Amorim, Edison Lobão e Carlos Minc, e com senadores, deputados federais e o governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga. Encontrou, ainda, o Governador (e então pré-candidato à presidência da república) José Serra, e participou de entrevista com a jornalista Miriam Leitão e de debate público organizado pela Folha de São Paulo⁸⁷.

Ed Miliband também concedeu uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, onde expôs o que esperava do Brasil nas negociações em Copenhague:

Espero que o Brasil possa dar [durante as negociações em Copenhague] um número para 2020 de como ele planeja reduzir emissões. Não necessariamente reduções absolutas, mas desvios da sua trajetória atual de emissões. Todos nós precisamos operar dentro de um plano de carbono. Não esperamos metas do tipo Kyoto para os países em desenvolvimento antes de 2020, mas esperamos um plano sobre como eles vão se desviar da trajetória atual⁸⁸.

Por fim, em novembro de 2009, veio ao Brasil Hilary Benn, ministro britânico de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais. A programação incluiu reunião com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) sobre a produção sustentável de biocombustíveis, encontro com organizações não-governamentais para ouvir os sucessos e desafios do Brasil na área socioambiental, debate com

⁸⁶ BROWN. *Protecionismo é ruína*, 2009.

⁸⁷ Comunicado da Embaixada do Reino Unido em Brasília sobre a visita de Ed Miliband. Disponível em: <<http://ukinbrazil.fco.gov.uk/pt/newsroom/?view=PressR&id=15410180>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

⁸⁸ MILIBAND. *Falta plano claro de clima ao país*, 2009.

pesquisadores sobre desenvolvimento sustentável, agricultura e mudança climática e reuniões com ministros e oficiais de governo, como os ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, Carlos Minc, do Meio Ambiente e Reinhold Stephanes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De acordo com o exposto, fica claro que o Reino Unido, através de sua embaixada em Brasília, investiu em ações de convencimento das autoridades brasileiras para a urgência da questão climática e da importância de um acordo ambicioso ser negociado em Copenhague. Através do financiamento de projetos que tratassem da temática do clima e de visitas de autoridades britânicas, com alto poder de convencimento, a Inglaterra reconhece a importância do Brasil no cenário internacional e seu papel como importante interlocutor para que um acordo pós-2012 seja alcançado.

4.1.2 Os blogs⁸⁹ do FCO

O ministério britânico das Relações Exteriores permite, hospeda e estimula que seus diplomatas e demais funcionários dos postos no exterior mantenham um espaço virtual público, onde são disponibilizados textos. Como o site do FCO explica⁹⁰, os blogs são um espaço de diálogo entre os funcionários das missões diplomáticas britânicas com o público em geral, visando discutir sobre relações internacionais e o trabalho do FCO – permitindo, ainda, comentários pessoais dos autores, permitindo assim a criação de um vínculo entre autor e leitor. Stephen Hale, chefe do setor de Diplomacia Digital do FCO em Londres, diz que a internet é uma forma de engajar e influenciar audiências de todas as partes do mundo – e que os blogs seriam uma ferramenta importante para que os diplomatas possam falar com seu público alvo sobre assuntos específicos da política externa⁹¹.

⁸⁹ Um blog é “um site cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou ‘posts’. Estes são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a temática proposta do blog, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com a política do blog. (...) Os blogs começaram como um diário online e, hoje, são ferramentas indispensáveis como fonte de informação e entretenimento”. Wikipedia, *Blog*. Acesso eletrônico.

⁹⁰ FCO (sítio eletrônico). *Abou our blogs*. Acesso eletrônico.

⁹¹ HALE. *Blog de Stephen Hale no FCO*.

Pode-se, então, através de uma análise dos textos publicados nos blogs do FCO, perceber qual o discurso priorizado por determinada missão diplomática no país em que está sediada. Na grande maioria dos casos, a temática do combate às mudanças climáticas é amplamente abordada, demonstrando o interesse britânico em engajar os países e seus cidadãos na negociação de um acordo ambicioso em Copenhague.

Um exemplo dessa política é o blog do Embaixador do Reino Unido para o Brasil Alan Charlton. Dos 83 textos postados pelo diplomata ao longo do ano de 2009 – mais especificamente entre 26 de Janeiro de 2009, quando o blog teve início, ao dia 11 de dezembro de 2009, última postagem do ano – 28 postagens trataram do tema das mudanças climáticas e do trabalho da embaixada do Reino Unido no Brasil na temática, além das prioridades do *Foreign e Commonwealth Office* para o país⁹².

A crise econômica global é nossa prioridade número um. Nossa segunda prioridade é a busca por um ambicioso acordo sobre mudanças climáticas em Copenhague (no final deste ano), seguida da Rodada Doha e do combate à pobreza. E todas essas questões estão intimamente relacionadas⁹³.

A nossa prioridade nos próximos seis meses será chegar a um ambicioso acordo nas negociações em Copenhague para enfrentar os perigos do aquecimento global. É essencial que todos os governos - dos países desenvolvidos e em desenvolvimento - arquem com a sua responsabilidade e contribuam o máximo possível. Manter um posicionamento tradicional não é uma opção aceitável, especialmente em relação aos países pobres que serão os mais afetados pelas mudanças climáticas⁹⁴.

Os textos publicados pelo embaixador no espaço virtual muitas vezes são utilizados para passar recados, ainda que muito discretos, às autoridades brasileiras, ou ainda fazer com que o leitor se engaje na temática e pressione os governantes a assumirem compromissos ousados.

O Brasil tem abordado o desenvolvimento da floresta de maneira efetiva. O Reino Unido gostaria de ajudar⁹⁵.

⁹² CHARLTON. *Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília*.

⁹³ Idem. *Desafios e oportunidades no momento de crise*, 2009. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

⁹⁴ Idem. *O caminho para Copenhague*, 2009. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

⁹⁵ Idem. *Visita real ao Brasil: continuação*, 2009. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

O Brasil pode assumir um papel de liderança nas negociações sobre um acordo global, com sua matriz energética limpa e planos para reduzir o desamatamento (sic) das florestas. Um papel ativo do Brasil poderia ser muito importante no resultado da reunião em Copenhague em dezembro⁹⁶.

Destacam-se, ainda, entre os textos publicados por Alan Charlton aqueles que tratam das importantes visitas que o Brasil recebeu durante o ano – Príncipe Charles e Duquesa de Cornuália, Primeiro Ministro Gordon Brown, Secretário de Estado de Mudanças Climáticas e Energia Ed Miliband, Ministro do Meio Ambiente Hilary Stern. Somam-se a isso as visitas realizadas pelo embaixador britânico aos diversos estados brasileiros, na maioria das vezes incluindo compromissos relacionados à temática do combate às mudanças climáticas⁹⁷.

O embaixador britânico em Washington também utiliza um blog para se comunicar com o público norte-americano em geral e com britânicos que moram nos Estados Unidos. Tendo publicado um número menor de textos no ano de 2009 do que o seu colega em Brasília, Nigel Sheiwald utilizou nove de suas 15 postagens para mencionar – e muitas vezes enfatizar – a urgência do combate às mudanças climáticas – sem deixar de passar mensagens às autoridades e à população locais⁹⁸.

The United States is central to this whole endeavour (o combate às mudanças climáticas). Not just because it has the world's largest economy (with a fifth of the world's global CO2 emissions), but because American engagement is vital to persuading other countries, especially India and China, to act too. So I warmly welcome President Obama's pledge to help lead this global effort. But American attitudes to climate change, and the country's willingness to take the measures necessary to help prevent it, cannot be settled in the White House alone. Congress is clearly vital too. In the coming weeks the Senate will restart the debate on climate and energy legislation. We'll be watching this closely⁹⁹.

O Embaixador do Reino Unido para o Japão, David Warren, também mantém um ambiente virtual no qual, em 2009, publicou sete dentre 18 postagens com assuntos relacionados às mudanças climáticas¹⁰⁰. Outros funcionários

⁹⁶ Idem. *Visita de Ed Miliband ao Brasil: continuação*, 2009. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília.

⁹⁷ CHARLTON. *Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília*.

⁹⁸ SHEIWALD. *Blog do Embaixador do Reino Unido em Washington*.

⁹⁹ SHEIWALD. *Countdown to Copenhagen*, 2009. In: Blog do Embaixador do Reino Unido em Washington.

¹⁰⁰ WARREN. *Blog do Embaixador do Reino Unido em Tóquio*.

diplomáticos, lotados em diferentes países, também possuem blogs e defendem em suas postagens a tese britânica de combate às mudanças climáticas. É o caso Pablo Retamal e David Concar, que trabalham especificamente com a temática de mudanças climáticas no Chile e na China, respectivamente, e abordam a temática no ambiente virtual¹⁰¹.

Fica claro, portanto, que diplomatas e demais funcionários do FCO utilizam os blogs como importante ferramenta diplomacia digital, difundindo a temática do combate às mudanças climáticas e passando mensagens sobre a urgência da questão às autoridades dos países em que estão lotados e também ao público em geral que é leitor dos portais.

4.2 Reta final para a definição de um acordo climático: *The Road to Copenhagen.*

Em junho de 2009, o Departamento de Energia e Mudanças Climáticas do governo britânico lançou um documento intitulado “The Road to Copenhagen: the UK’s government case for an ambitious international agreement on climate change”. O documento estabelece, com detalhes, as áreas chaves para que, de acordo com a visão do governo britânico, o acordo de Copenhague sobre o clima seja ambicioso, efetivo e justo.

O acordo da COP-15 deve ser ambicioso, devendo estabelecer um limite máximo de crescimento da temperatura global em 2°C. Isso significa uma gama de esforços para reduzir as emissões global em pelo menos 50% dos níveis em 1990 até o ano de 2050, garantindo que as emissões comecem a diminuir na próxima década. Para isso, o acordo de Copenhague deve contar com o comprometimento de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento, e deve também cobrir todas as formas de emissão de carbono (incluindo aviação, navegação e desflorestamento)¹⁰².

Em dezembro de 2009, é necessário que seja negociado um acordo efetivo, deve ser definitivo. Deve, portanto, prever investimentos em energia limpa,

¹⁰¹ FCO (sítio eletrônico). *All bloggers*.

¹⁰² DECC. *The Road to Copenhagen*, 2009. p. 10.

na correta utilização dos bens provenientes das florestas e no uso e adaptação do solo. O documento sugere que o acordo internacional preveja um mercado de carbono global, reformado e expandido; que permita que tecnologias de baixo carbono e adaptativas sejam desenvolvidas e disseminadas; e que preveja um sistema de monitoramento e avaliação dos resultados¹⁰³.

O documento diz ainda que o acordo sobre mudanças climáticas deve ser justo. Uma vez que os países mais ricos e industrializados foram os grandes responsáveis pelas emissões ao longo da história, e que os países mais pobres são os mais vulneráveis aos efeitos nefastos das mudanças climáticas, é de fundamental importância que o acordo de Copenhague preveja essas desigualdades e traga responsabilidades diferenciadas. Assim, deve apoiar os países em desenvolvimento a se adaptarem aos efeitos das mudanças climáticas, prever mecanismos de financiamento e de assistência tecnológica para permitir a mitigação e adaptação em países mais pobres, e permitir que os anseios dos países em desenvolvimento sejam ouvidos e levados em consideração pela comunidade internacional¹⁰⁴.

Caso não se chegue a um acordo internacional que impeça verdadeiramente o aumento da temperatura global, as consequências para os países, de acordo com o relatório, podem ser catastróficas, sob o ponto de vista da prosperidade (com base no Relatório Stern, parte do PIB dos países deverá ser revertida para adaptação. Os custos podem ser mais altos do que os das duas grandes guerras e da grande depressão¹⁰⁵), do meio ambiente (variações de temperatura, inundações, dificuldade no abastecimento de água, mortes devido à seca e falta de alimentos) e da segurança (mudanças climáticas podem causar tensões entre as sociedades (migrações, refugiados e o perigo de disputas geopolíticas).

O relatório traz, ainda, que o objetivo não é apenas fugir dos riscos impostos pelas mudanças climáticas, mas também aproveitar as oportunidades colocadas pela temática.

Our call for ambition at Copenhagen is not solely focused on managing risks; it is about seizing opportunities. Moving to a low carbon economy

¹⁰³ Ibidem, p. 33.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 33-34.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 22.

offers enormous economic and social benefits and is a necessary precondition for a successful, competitive British economy. It will also reduce reliance on imported fossil fuels and increase energy security. The development of new low carbon technologies can stimulate innovation and can provide employment opportunities in new and existing 'green industries'. Already, low carbon and environmental goods and services are worth an estimated £3 trillion worldwide, generating £106 billion a year in the UK – 7.4% of GDP and employing 880,000 people²¹. An ambitious agreement will also minimise competitiveness concerns and help address 'carbon leakage' concerns for some sectors¹⁰⁶.

O Reino Unido, assim, está disposto a tirar o máximo proveito da criação de uma economia de baixo carbono para criar mais empregos e conduzir ao crescimento econômico.

O relatório traz ainda o porquê de um acordo internacional para combater os efeitos das mudanças climáticas ser necessário – não adianta apenas um país agir, enquanto os demais continuam a emitir gases na atmosfera. O problema é de todos, razão pela qual toda a comunidade internacional tem que se comprometer.

To ensure that the agreement is robust, the UK wants to see a deal with the following characteristics:

- it should be legally binding on all parties so that all Parties can be confident that the commitments entered into at Copenhagen will be met;
- there should be an effective compliance regime;
- there should be scope for early and regular review of the agreement to consider the adequacy of the emission reduction requirements and targets in the light of the latest scientific assessments¹⁰⁷.

Por fim, o *Road to Copenhagen* lista as políticas já implantadas pelo governo do Reino Unido para conter os avanços das mudanças climáticas, como a primeira legislação sobre mudanças climáticas e o plano de transição para uma energia de baixo carbono¹⁰⁸.

O documento, além de trazer a visão do governo britânico sobre o que faria do acordo de Copenhague uma negociação ambiciosa, acaba por trazer ainda alguns recados para outros países, individualmente ou em conjunto. Ao longo do texto, há oportunidades em que são destacadas as conseqüências do não comprometimento com a temática das mudanças climáticas.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 24.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 34.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 75.

If we fail to act, the impacts on our way of life become much greater, and the costs ever higher. Only an international agreement can take on the challenge of tackling climate change. No one country on its own can do it: this is a global problem which requires a global solution. All countries must be confident that they do not act alone, and poorer countries need support from others. Building on and learning the lessons from previous agreements, we must put in place a comprehensive framework for action by all countries that ensures that commitments are delivered. This is urgent. The longer we delay, the more severe the consequences of climate change become, and the higher the costs of the subsequent actions we will be forced to take. International political momentum has been building towards Copenhagen for two years: the moment has to be seized now¹⁰⁹.

Em outras oportunidades, o relatório chama a responsabilidade de países desenvolvidos e grandes poluidores, como os Estados Unidos.

[O Protocolo de Kyoto] does not cover enough countries – important countries such as the United States did not sign up to it and it does not require action from many of the larger emitting advanced developing countries with significant emissions. Neither does it cover key sources of emissions such as deforestation in developing countries and aviation and shipping. So the UK wants to see an agreement at Copenhagen that is much more comprehensive. The announcement by the new US Administration that it is committed to seeking an agreement at Copenhagen, together with the strong engagement of so many major developing countries in the negotiations, represents an important step forward¹¹⁰.

Some of the individual targets from developed countries are ambitious. However, when added together the current offer from developed countries as a group does not meet the level of ambition required. In total, the current pledges from the individual countries that have officially announced mid-term targets add up to less than what would be required for developed countries as a whole to meet the range cited by the IPCC. However, we are optimistic that other commitments will be tabled and that during the course of the negotiations there is scope for countries which have already announced commitments to increase their level of ambition¹¹¹.

O documento destaca ainda que, sob a liderança do Reino Unido, líderes mundiais de países pertencentes ao G20 reconheceram, na cúpula de Londres, a importância da adoção de políticas verdes na recuperação da economia e concordaram em negociar um acordo robusto em Copenhague¹¹².

¹⁰⁹ Ibidem. p. 10.

¹¹⁰ Ibidem. p. 27.

¹¹¹ Ibidem. p. 36.

¹¹² Ibidem. p. 27.

O recado também foi repassado para os mais ricos países em desenvolvimento. Apesar de prever mecanismos de financiamento para os países mais pobres e a criação de um fundo de assistência para a adaptação, o Reino Unido cobra uma atitude mais incisiva dos países em desenvolvimento que figuram entre as maiores economias do mundo.

The scale of emissions reductions needed to achieve our 2°C goal means that in addition to ambitious targets for developed countries, developing countries also need to take action. Emissions per person are much lower in developing than developed countries, but will grow fast if we follow a “business as usual” pathway. While total emissions from developed countries fell slightly between 1990 and 2006, those from developing countries grew by around 75% and are set to continue growing rapidly. Although it is difficult to predict, many countries, including China, could see emissions rise by 50% or more between now and 2020. Even if all developed countries could reduce emissions to zero, we would still not be able to achieve the 2°C goal without mitigation in developing countries. It is vital that as well as taking the lead by cutting our own emissions, we support developing countries to make the transition to low carbon development pathways.

As part of a Copenhagen agreement, we therefore want developing countries to commit to preparing national low carbon development strategies which set out a clear pathway to reducing their emissions growth – especially in key sectors such as power, transport, major energy-intensive industries and, for some countries, forests and agriculture¹¹³.

Verifica-se, portanto, que o *Road to Copenhagen* é um manifesto. Primeiro, das intenções britânicas na conferência em dezembro: um acordo ambicioso, efetivo e justo a ser alcançado em dezembro. E, por fim, é uma convocatória para que a comunidade internacional contribua para que esse objetivo seja atingido, notadamente os países que mais poluem a atmosfera.

4.3 O que dizem as autoridades britânicas: uma análise dos discursos.

De forma a embasar nossa análise sobre os esforços do Reino Unido no combate às mudanças climáticas e na construção de um acordo ambicioso em Copenhague, foram analisados os discursos oficiais das principais autoridades britânicas, notadamente o primeiro ministro Gordon Brown e o Príncipe Charles,

¹¹³ Ibidem, p. 38.

para verificar se a temática das mudanças climáticas é de fato uma constante na fala oficial do governo inglês.

4.4.1 Primeiro Ministro Gordon Brown

O Primeiro-Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é o chefe de governo do estado inglês – e, como tal, é responsável por exercer as funções executivas e ditar as políticas públicas que serão aplicadas no país. Ao chefiar o “Governo de Sua Majestade, a Rainha”, o primeiro ministro assume a posição de mais alta autoridade política no Reino Unido. É sua a expressão maior do governo inglês, tanto em âmbito doméstico como no exterior¹¹⁴.

Em 27 de junho de 2007, Gordon Brown ocupou o cargo de primeiro ministro inglês, o 11º desde que a Rainha Elizabeth II assumiu como chefe de estado. Desde sua posse, foram inúmeras as vezes que o primeiro ministro se dirigiu ao público, para falar sobre os mais diversos temas da política interna e externa britânica¹¹⁵. Dentre essas ocasiões, Gordon Brown em pelo menos 80 oportunidades se dirigiu ao público para falar da urgência do combate às mudanças climáticas – seja em discursos oficiais, entrevistas coletivas ou outras aparições públicas¹¹⁶.

Desde que assumiu a função de primeiro ministro, Gordon Brown tratou da questão climática em pelo menos 19 encontros com líderes mundiais, entre presidentes e primeiros ministros e autoridades da União Européia e das Nações Unidas¹¹⁷. Em apenas um mês no cargo, a temática das mudanças climáticas foi abordada em cinco reuniões, com o primeiro ministro português José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa, com o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas Ban Ki-moon, com a chanceler alemã Angela Merkel, com o presidente francês Nicolas Sarkozy e com o presidente dos Estados Unidos da América George W. Bush¹¹⁸. Em duas ocasiões – nas entrevistas coletivas com a líder alemã, em Berlim,

¹¹⁴ Wikipédia. Prime Minister of the United Kingdom. Acesso eletrônico.

¹¹⁵ BROWN. *Speeches and transcripts*.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem.

e com o presidente francês, em Paris –, Brown chegou a afirmar que contava com a ajuda de seus colegas para que o mundo chegasse a um acordo ambicioso para o pós-2012, com novas metas de redução de emissões de carbono¹¹⁹.

Em 31 de julho de 2007, Gordon Brown fez seu primeiro discurso em uma reunião do Conselho de Segurança da ONU. Entre vários assuntos abordados, Brown reservou parte de seu discurso para falar sobre a temática das mudanças climáticas. Além de reforçar o comprometimento britânico com o tema, e dizer que não há nenhuma contradição entre atingir os objetivos econômicos e combater os efeitos das mudanças climáticas¹²⁰, o primeiro ministro chegou a sugerir que fosse ampliado o escopo do Banco Mundial, incluindo como uma de suas atribuições o papel de estimular o investimento em energia (no que diz respeito a acesso e eficiência), em políticas de redução de emissões de carbono e em adaptação em países mais pobres, ou seja, tornando o Banco Mundial também um banco para o desenvolvimento ambiental¹²¹. Por fim, Gordon Brown voltou a frisar a importância de um acordo europeu, e posteriormente um acordo mundial, para a fixação de metas de redução de emissões e definição de outras ações de combate às mudanças climáticas – ele já falava do acordo no fim de 2009, ou seja, de Copenhague.

At the same time, rich countries must significantly cut our own greenhouse gas emissions with the European Union committing itself to a 20 per cent reduction in greenhouse gas emissions – 30 per cent if part of a new global effort – as we move to an ambitious, comprehensive and binding international agreement for the period after 2012, putting the world on the path to halving global emissions and including commitments to develop, deploy and transfer low carbon technologies, to create a global carbon market and to help finance developing country investment in clean energy. And building on the historic commitments made by the G8 earlier this year it is vital that all countries work to achieve such an agreement by the end of 2009¹²². (grifos da autora).

Brown chegou a proferir outros discursos sobre a questão climática na ONU, dessa vez em debate sobre a economia global¹²³ e por ocasião da Assembléia Geral de 2009, onde, em sua fala, elencou cinco desafios que demandam decisões

¹¹⁹ Ibidem. p.

¹²⁰ BROWN. *Speech to the United Nations* (31 Jul 2007). In: Speeches and transcripts.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

¹²³ BROWN. *Speech to the UN on the global economy* (26 Sep 2008). In: Speeches and transcripts.

históricas e urgentes dos líderes mundiais, colocando a questão climática em primeiro lugar na lista¹²⁴.

Em 20 de Novembro de 2007, cinco meses após assumir o cargo, o primeiro ministro Gordon Brown fez seu primeiro grande discurso sobre mudanças climáticas. Na ocasião, Brown declarou que firmava naquele momento os princípios norteadores a serem seguidos pelo Reino Unido, de forma a fortalecer um acordo para o pós-2012, princípios esses dirigidos por um objetivo maior, que é garantir que a temperatura mundial não suba mais do que 2°C¹²⁵. As diretrizes a serem seguidas pelo Reino Unido são: redução das emissões de carbono no país, por meio de um princípio legalmente estabelecido; esforços para garantir a eficiência energética no país; e adoção de fontes de energia de baixa emissão de carbono.

Outros discursos especificamente sobre a questão climática se repetiram ao longo do mandato de Brown. No dia 1º de maio de 2008, o primeiro ministro fez sua segunda fala oficial sobre mudanças climáticas, dessa vez em uma cúpula de negócios liderada pelo Príncipe de Gales. Na ocasião, o premiê disse a líderes empresariais que se preparassem para uma revolução tecnológica e que não deixassem passar as oportunidades que se apresentam no combate às mudanças climáticas¹²⁶. Em 26 de junho de 2009, Brown foi enfático ao defender a atuação do Reino Unido na temática e ao lançar o manifesto do país para Copenhague, o documento *Road to Copenhagen*¹²⁷.

Em várias ocasiões, Gordon Brown reforçou a necessidade de colocar a Europa no centro das discussões sobre mudanças climáticas em âmbito global. Destaca-se uma fala do primeiro ministro em um discurso sobre as prioridades de negócios para uma Europa Global (2008):

British people know there is no Britain only solution to climate change just as French people know there is no French only solution and German citizens know there is no German only solution. But Europe working together and leading a more united global approach can make a difference. And in the years to come the countries of Europe can show we

¹²⁴ Idem. *Speech to UN General Assembly* (23 Sep 2009). op.cit.

¹²⁵ Idem. *Speech on climate change* (19 Nov 2007). op.cit.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Conforme visto no item 4.2. BROWN. *Roadmap to Copenhagen speech* (26 Jun 2009). In: *Speeches and transcripts*.

can work together to cut carbon emissions, promote renewables, lead in environmental technologies and promote inclusive and sustainable development. And I see Europe leading the world in cutting carbon emissions and in working with the international community towards a new post Kyoto agreement¹²⁸.

O primeiro ministro Gordon Brown demonstra a importância do combate às mudanças climáticas ao levar o debate para além dos espaços de discussão ambiental. Exemplo disso são os três discursos proferidos por Brown para a Confederação das Indústrias Britânicas (CBI, em inglês¹²⁹), em que conclama os líderes empresariais a participarem mais ativamente das discussões climáticas¹³⁰; e as falas no Fórum Econômico Mundial, em Davos. Em 2008, Brown voltou a sugerir que o Banco Mundial fosse, além de um banco para desenvolvimento, um banco para o meio ambiente¹³¹. E em 2009, Brown apresentou ao Fórum um discurso inteiro sobre mudanças climáticas, intitulado “Construindo a Recuperação Global de Baixo Carbono¹³²”, onde destacou as oportunidades apresentadas pela transição para uma economia verde e a necessidade de um acordo efetivo em Copenhague para viabilizar o projeto de recuperação econômica de baixo carbono.

Países considerados centrais na discussão climática receberam a atenção do primeiro ministro britânico. Gordon Brown citou a problemática do clima em três entrevistas coletivas com presidentes norte-americanos – duas das ocasiões na presença do Presidente Bush, que era tido como cético à questão climática. O premiê também fez um discurso no Congresso Americano (2009), onde afirmou que, uma vez que os Estados Unidos foram visionários o bastante para colocar o homem na Lua, também o podiam ser para preservar e proteger o nosso planeta¹³³.

Em janeiro de 2008, Brown foi à China e em duas ocasiões públicas – uma em um encontro de negócios Reino Unido-China e outra em uma entrevista coletiva sobre meio ambiente – o primeiro ministro reforçou a intenção britânica de trabalhar em cooperação com a China para combater o aquecimento global e as

¹²⁸ BROWN. *Speech on business priorities for a Global Europe* (14 Jan 2008). op. cit.

¹²⁹ *Confederation of British Industrie*, no original.

¹³⁰ BROWN. *Speeches and transcripts*.

¹³¹ BROWN. *Three crucial questions debate in Davos* (25 Jan 2008). In: *Speeches and transcripts*.

¹³² Idem. *Building the global low carbon recovery* (30 Jan 2009). op. cit.

¹³³ Idem. *Speech to US Congress* (4 Mar 2009). op. cit.

mudanças climáticas¹³⁴ e as oportunidades econômicas apresentadas pela temática¹³⁵. O mesmo ocorreu em um discurso na Câmara de Comércio em Nova Delhi, também em janeiro de 2008¹³⁶.

Foram várias as oportunidades em que o primeiro ministro britânico falou da questão climática, seja para grandes empresários, autoridades mundiais ou para o público em geral, deixando claro em muitos momentos que a mudança do clima é um dos maiores desafios a serem enfrentados atualmente pela comunidade internacional. As visitas a diversos países e a tentativa de fazer com que seus líderes compreendam a urgência da matéria deixa claro o interesse britânico em conseguir aliados na negociação de um acordo ambicioso em Copenhague.

4.4.2 Príncipe Charles

Pelas regras costumeiras britânicas, a autoridade executiva do governo do Reino Unido deveria recair sobre o monarca, devendo ser exercida com o respaldo dos ministros de estados, que formam o chamado Gabinete. Apesar de na prática as decisões acabarem centralizadas na pessoa do primeiro ministro e do Gabinete, a autoridade real continua sendo muito respeitada pela população britânica¹³⁷.

Por este motivo, a fala pública da família real inglesa tem um importante poder de convencimento da população britânica. Com o Príncipe de Gales não é diferente. Charles Philip Arthur George, ou simplesmente Príncipe Charles, é o filho mais velho da Rainha Elizabeth II, e herdeiro aparente do trono britânico. O príncipe tem como um de seus interesses pessoais a defesa do meio ambiente, devotando parte de sua vida pública a esta temática¹³⁸.

¹³⁴ BROWN. *Speeches and transcripts*.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ BROWN. *Speech at the chamber of commerce in Delhi* (21 Jan 2008). In: *Speeches and transcripts*.

¹³⁷ Pesquisa realizada pela Ipsos e publicada em Abril de 2006 mostra que 72% dos entrevistados são a favor de que o país continue sendo uma monarquia; 85% estão satisfeitos com a forma que a rainha está conduzindo seu papel de monarca e 65% acreditam que a rainha nunca deveria deixar seu reinado para se aposentar. IPSOS. *Monarchy pool*, 2006.

¹³⁸ De acordo com o sítio oficial do príncipe, disponível em: <

<http://www.princeofwales.gov.uk/personalprofiles/theprinceofwales/interests/index.html>>.

De 2006 a 2009, período objeto deste trabalho, foram inúmeras as vezes que o Príncipe veio a público para demonstrar sua defesa da temática de combate às mudanças climáticas. Uma das características dos discursos do príncipe sobre a matéria era a importância dada para uma ação coordenada da sociedade, que envolvesse não apenas ações governamentais, como também esforços de líderes empresariais e da sociedade civil organizada. Em um discurso para o Parlamento Europeu em Bruxelas, em fevereiro de 2008, o Príncipe disse que:

The point is that the solutions do not lie with just the private sector or just the public sector. Climate change presents such a threat that, uniquely in history, it will surely require the effort of every nation and every person to find and implement a solution before it is too late? It is a task that calls for the biggest public, private and N.G.O. partnership ever seen¹³⁹.

Em outra oportunidade, o Charles deixou claro o posicionamento que espera de outros países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

I fear that climate change is just such an emergency, requiring unprecedented levels of urgent, collective action. That is why it will be so fascinating to hear from Senator George Mitchell about the importance the candidates for the U.S. Presidency attach to this issue, not least because it is absolutely clear to me that we can only ask China and India to tackle the problem of climate change when we in the wealthier developed countries – who perhaps unwittingly, have caused global warming - set an example ourselves and take tough action¹⁴⁰.

No âmbito interno, o príncipe, com o suporte da Universidade de Cambridge, apoiou a fundação de um grupo de empresários britânicos que assumiu a liderança do setor privado inglês na discussão sobre as mudanças climáticas. O grupo – que começou com treze empresas britânicas e depois passou a agregar mais de 500 companhias de todo o mundo – tem como principal papel pressionar as autoridades – nacionais ou internacionais – para que aprovelem acordos ambiciosos na temática das mudanças climáticas, principalmente no que diz respeito a investimentos na transição para uma economia de baixo carbono.

¹³⁹ THE PRINCE OF WALES. *A speech by HRH The Prince of Wales on climate change to the European Parliament in Brussels*, 2008. In: *Speeches and articles*.

¹⁴⁰ Idem. *A speech by HRH The Prince of Wales at the Second May Day Business Summit on Climate Change*, 2008. op. cit.

No âmbito internacional, o grupo já divulgou três comunicados como tentativas de influenciar os líderes mundiais. O primeiro, conhecido com *Bali Communiqué*, foi lançado às vésperas da Conferência das Nações Unidas para o Clima, em Bali, Indonésia¹⁴¹. O documento, assinado por mais de 150 líderes empresariais, pedia um acordo amplo e juridicamente exigível para combater as mudanças climáticas, baseado em evidências científicas, que os países desenvolvidos tivessem responsabilidades ampliadas e que os líderes mundiais aproveitassem a janela de oportunidade e concordassem com uma agenda para que um acordo definitivo entrasse em vigor após 2012¹⁴².

O segundo comunicado foi publicado no contexto da 14ª Conferência das Partes para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima de Poznan, em dezembro de 2008. O documento reforça as solicitações do comunicado de Bali, e, impulsionado pelo período de crise econômica, argumenta que uma ação decisiva contra as mudanças climáticas vai estimular a atividade econômica global, e que a demora em combater o problema climático vai aumentar ainda mais os custos de se estabilizar o clima¹⁴³. O grupo viria, ainda, a divulgar mais um comunicado, dessa vez no âmbito da Conferência de Copenhague.

A importância do príncipe no projeto é inegável – tanto que todos os comunicados divulgados pelo grupo, desde o início, trazem o símbolo das três penas, que juntas formam o brasão do Príncipe de Gales. Em seus discursos públicos, de 2006 a 2009, o herdeiro do trono britânico citou pelo menos treze vezes o grupo de empresários que apadrinha¹⁴⁴.

O príncipe viajou a inúmeros países para difundir seus argumentos sobre a urgência da mudança climática e a proteção das florestas – países como Índia, Chile, Brasil, Itália, Alemanha, entre outros. Em 2009, dos 50 discursos proferidos, 20 abordaram a questão climática¹⁴⁵. Um dos últimos discursos de 2009 foi o pronunciado na Conferência de Copenhague. Na oportunidade, o Príncipe reforçou duas de suas temáticas preferidas, recorrentes ao longo do período analisado: o

¹⁴¹ Bali também abrigou a 13ª Conferência das Partes para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

¹⁴² CLG. *Bali Communiqué*, 2007.

¹⁴³ Idem. *Poznan Communiqué*, 2008.

¹⁴⁴ THE PRINCE OF WALES. *Speeches and articles*.

¹⁴⁵ Ibidem.

combate ao desflorestamento e o papel do setor privado nas negociações do clima¹⁴⁶. Destacou, ainda, que é preciso que a comunidade internacional seja capaz de identificar a janela de oportunidades que se apresenta e de agir em conjunto.

For when it comes to the air we breathe and the water we drink, there are no national boundaries. We all depend on each other – and, crucially, on each other’s actions - for our weather, our food, our water and our energy. These are the “tectonic plates” on which the peace and stability of the international community rest. The inescapable conclusion, therefore, is that a partial solution to climate change is no solution at all. It must be inclusive and it must be a comprehensive approach – one that strengthens the resilience of our ecosystems. Crucially, it must be embraced by the public, private and N.G.O. sectors, as well as by local communities and indigenous people, while also encouraging individual responsibility¹⁴⁷.

Diante de todo o exposto, percebe-se que, no período analisado, duas das principais autoridades britânicas utilizaram seus discursos oficiais, proferidos no Reino Unido e no exterior, para defender o combate às mudanças climáticas. A necessidade de envolver diversos setores da sociedade e de envolver toda a comunidade internacional no debate foi uma constante, bem como a defesa incontestada da necessidade de Copenhague ter como resultado um acordo ambicioso e vinculante para os países do globo.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ THE PRINCE OF WALES. *A speech by HRH The Prince of Wales at the Copenhagen Climate Change Summit*, 2009. In: Speeches and articles.

5 CONCLUSÃO

Diante de toda a análise realizada neste trabalho, conclui-se que o Reino Unido de fato concentrou seus esforços, nos últimos anos, no debate sobre as mudanças climáticas, na sua adaptação interna para lidar com os efeitos negativos das alterações do clima e no acirramento da negociação internacional para a definição de um acordo climático em Copenhague.

Concluiu-se que, de fato, o país possui razões contundentes para priorizar a questão climática. Se o mundo todo sentirá os impactos das alterações no clima, no Reino Unido, país insular, esses efeitos serão ainda mais visíveis, devido ao aumento do nível dos mares. Dificuldades serão sentidas no sistema de transportes, nas vias rodoviárias, na infraestrutura dos prédios e na agricultura de grãos. Preocupa, ainda, o fato de o país depender muito de fontes energéticas não-renováveis e de alta emissão de carbono.

Um argumento importante para embasar a decisão britânica de apoiar de forma global a temática das mudanças climáticas foi a publicação do Relatório Stern. O documento passa a encarar o fenômeno climático sob o prisma econômico, e apresenta previsões preocupantes quanto aos custos de não enfrentar o mais rápido possível as mudanças climáticas. Stern passa, também, a encarar a crise climática como uma oportunidade econômica. O enfrentamento às alterações do clima, assim, passa a ser essencial para garantir a prosperidade econômica e a segurança do Reino Unido. Todos esses argumentos, resultado do estudo sobre a economia do clima, serão constantemente observados no discurso das autoridades britânicas, como Gordon Brown e o Príncipe Charles.

Verificou-se, ainda, que o Reino Unido demonstrou, no contexto de suas políticas domésticas, a importância dada ao combate às mudanças climáticas. Através de mudanças na estrutura ministerial, na legislação que estabelece metas de emissão e na elaboração de um plano com ações concretas para guiar a transição para uma economia de baixo carbono, o governo britânico mostrou que está pronto para liderar os esforços para a construção de uma nova sociedade, mais sustentável e com menos emissões. Mostrou, ainda, que está disposto a assumir compromissos reais

para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e servir de exemplo para outros países do globo.

Por fim, foi feita uma análise detalhada da política externa do Reino Unido, verificando se a temática climática se faz realmente presente. A conclusão é que não há dúvidas do direcionamento da diplomacia britânica para tratar a questão o clima como prioritária. Os sinais são claros: desde a nomeação de um ministro de relações exteriores engajado com a temática ambiental, aos comentários do corpo diplomático em seus blogs, aos discursos oficiais das mais altas autoridades do país, tudo indica os esforços ingleses para a construção de um novo e ambicioso acordo do clima. A análise da relação estabelecida entre o Reino Unido e o Brasil no que diz respeito às mudanças do clima mostra que houve uma tentativa de influenciar a posição do Brasil no que diz respeito à questão climática, e o mesmo deve ter acontecido com outros países em desenvolvimento.

Dois pontos, a meu ver, destacam-se como resultados não-esperados dessa pesquisa: a utilização pelo Reino Unido da diplomacia virtual para transmitir sua mensagem de combate às mudanças climáticas e os esforços do primeiro ministro Gordon Brown e do Príncipe Charles em incluir na discussão diferentes atores internacionais, como líderes empresariais e organizações da sociedade civil.

Conclui-se, assim, que de fato o Reino Unido concentrou seus esforços na construção de um acordo climático novo e ambicioso em Copenhague. Isso, no entanto, não foi possível. Não cabe a este trabalho analisar as razões que levaram isso a acontecer, mas o estudo realizado nos leva a crer que, no futuro próximo, o governo britânico não poupará esforços para fazer com que a comunidade internacional mude de posição e se convença da urgência de traçar metas ambiciosas para o combate às mudanças climáticas. É esperar para ver.

REFERÊNCIAS

BBC WEATHER CENTRE. **Climate Change**. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/climate/impact/sea_level.shtml>. Acesso em 01 de março de 2010.

BLAIR, Tony. **The Stern Report**. 2006. Artigo publicado no Jornal The Sun. Disponível em < <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/news/article69105.ece> >. Acesso em 04 de abril de 2010.

BROWN, Gordon. **Speeches and transcripts: number 10**. Disponível em: < <http://www.number10.gov.uk/news/speeches-and-transcripts>> . Acesso em 01 de novembro de 2009.

_____. **Protecionismo é ruína**, 2009. [Entrevista concedida a Duda Teixeira]. Revista Veja, edição 2105, 2009. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/250309/entrevista.shtml> >. Acesso em 25 de março de 2010.

CHARLTON, Alan. Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília. Disponível em: < <http://blogs.fc.gov.uk/roller/charlton>>. Acesso em 10 de março de 2010.

CORPORATE LEADERS GROUP. **Bali Communiqué**. 2007. Disponível em: < <http://www.princeofwales.gov.uk/content/documents/Bali%20Communique.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2009.

_____. **Poznan Communiqué**. 2008. Disponível em: < <http://www.cpsl.cam.ac.uk/pdf/The%20Poznan%20Communique%20with%20Signatories.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2009.

DECC. **5NC: the UK's fifth communication under the United Nations Framework Convention on Climate Change**. Londres: Crown, 2009.

_____. **The Road to Copenhagen: the UK government's case for an ambitious international agreement on climate change**. Norwich: The Stationary Office, 2009.

DEFRA. **Adapting to climate change: UK climate projections**. 2009. Disponível em: < <http://www.defra.gov.uk/environment/climate/documents/uk-climate-projections.pdf> >. Acesso em 01 fevereiro de 2010.

ENERGY SAVING TRUST. **The impacts of climate change in the UK.** Disponível em: < <http://www.energysavingtrust.org.uk/Climate-Change/The-impact-of-climate-change-in-the-UK>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2010.

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. **Departmental Strategic Objectives.** FCO. Texto disponível em: < <http://ukinuruguay.fco.gov.uk/en/new-pages/dsos-feb-08>>.

_____. **Departmental report and resource accounts.** 2009. vols. 1 e 2.p. Norwich: The Stationary Office, 2009.

_____. Freedom of Information Act. Resposta a pergunta sobre a viagem do Príncipe de Gales ao Chile, Brasil e Equador em março de 2009. Disponível em: BBC WEATHER CENTRE. **Climate Change.** Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/climate/impact/sea_level.shtml>. Acesso em 01 de março de 2010.

BLAIR, Tony. **The Stern Report.** 2006. Artigo publicado no Jornal The Sun. Disponível em < <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/news/article69105.ece> >. Acesso em 04 de abril de 2010.

BROWN, Gordon. **Speeches and transcripts: number 10.** Disponível em: < <http://www.number10.gov.uk/news/speeches-and-transcripts>> . Acesso em 01 de novembro de 2009.

_____. **Protecionismo é ruína,** 2009. [Entrevista concedida a Duda Teixeira]. Revista Veja, edição 2105, 2009. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/250309/entrevista.shtml> >. Acesso em 25 de março de 2010.

CHARLTON, Alan. Blog do Embaixador do Reino Unido em Brasília. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/charlton>>. Acesso em 10 de março de 2010.

CORPORATE LEADERS GROUP. **Bali Communiqué.** 2007. Disponível em: < <http://www.princeofwales.gov.uk/content/documents/Bali%20Communique.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2009.

_____. **Poznan Communiqué.** 2008. Disponível em: < <http://www.cpsl.cam.ac.uk/pdf/The%20Poznan%20Communique%20with%20Signatories.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2009.

DECC. **5NC: the UK's fifth communication under the United Nations Framework Convention on Climate Change.** Londres: Crown, 2009.

_____. **The Road to Copenhagen:** the UK government's case for an ambitious international agreement on climate change. Norwich: The Stationary Office, 2009.

DEFRA. **Adapting to climate change:** UK climate projections. 2009. Disponível em: < <http://www.defra.gov.uk/environment/climate/documents/uk-climate-projections.pdf> >. Acesso em 01 fevereiro de 2010.

ENERGY SAVING TRUST. **The impacts of climate change in the UK.** Disponível em: < <http://www.energysavingtrust.org.uk/Climate-Change/The-impact-of-climate-change-in-the-UK> >. Acesso em 01 de fevereiro de 2010.

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. **Departmental Strategic Objectives.** FCO. Texto disponível em: < <http://ukinuruguay.fco.gov.uk/en/new-pages/dsos-feb-08> >.

_____. **Departmental report and resource accounts.** 2009. vols. 1 e 2.p. Norwich: The Stationary Office, 2009.

_____. Freedom of Information Act. Resposta a pergunta sobre a viagem do Príncipe de Gales ao Chile, Brasil e Equador em março de 2009. Disponível em: < <http://foi.fco.gov.uk/en/released-documents/view-releases/releases-date-2009> >. Acesso em 20 de março de 2010.

_____. **Strategic Programme Fund:** annual report 2008-2009. Londres: Crown, 2009.

FRIENDS OF THE EARTH. **After Stern:** towards a climate change budget. 2006. Disponível em: < http://www.foe.co.uk/resource/briefings/pre_budget_nov_2006.pdf > Acesso em 26 de março de 2010.

HALE, Stephen. Blog de Stephen Hale no FCO. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/hale> >. Acesso em 20 de março de 2010.

IPSOS. **Monarchy Pool,** 2006. Disponível em <<http://www.ipsos-mori.com/researchpublications/researcharchive/poll.aspx?oItemId=378>>. Acesso em 20 jan 2010.

MET OFFICE. **Warming:** climate change – the facts. Londres: Crown, 2009.

MILIBAND, David et al. **Testing time for EU climate policy**. Artigo publicado na BBC. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/6370209.stm>>. Acesso em 10 de março de 2010.

MILIBAND, Ed. **Falta plano claro de clima ao país**, 2009. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo [Entrevista concedida a Cláudio Ângelo], Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u604627.shtml> >. Acesso em 25 de março de 2010.

O GLOBO. **Visita do Príncipe Charles acende debate sobre meio ambiente**. 2009. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/12/visita-do-principe-charles-ao-brasil-acende-debate-sobre-meio-ambiente-754811927.asp>>. Acesso em 23 de janeiro de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima**, 1992. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/doc_clima.php>. Acesso em 22 de dezembro de 2009.

REINO UNIDO. **Background to Stern Review on the Economics of Climate Change**. 2006. Disponível em < http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_backgroundtoreview.cfm >. Acesso em 07 de dezembro de 2009.

_____. **Machinery of Government**: economy, business, climate change, energy and environment. Disponível em < http://www.cabinetoffice.gov.uk/media/cabinetoffice/corp/assets/publications/reports/government_changes/october2008/written_changes_oct08.doc>. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

_____. **Plano de transição para uma economia de baixo carbono**: sumário executivo, 2009. Disponível em: < <http://ukinbrazil.fco.gov.uk/resources/pt/pdf/plano-transicao>>. Acesso em 10 de março de 2010.

SHEIWALD, Nigel. Blog *do* Embaixador do Reino Unido em Washington. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/sheinwald> >. Acesso em 20 de março de 2010.

STERN. **The Economics of Climate Change**: executive summary. 2006. Disponível em: < http://www.hm-treasury.gov.uk/d/Executive_Summary.pdf >. Acesso em 07 de dezembro de 2009.

THE PRINCE OF WALES. **Speeches and articles**. Disponível em: < <http://www.princeofwales.gov.uk/speechesandarticles> >. Acesso em 01 de novembro de 2009.

UNIÃO EUROPEIA, 2008. **Livro azul 2008 da cooperação da União Europeia no Brasil**. 2008. Disponível em: < <http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/book%20livro%20azul%202008%20completo.pdf> >. Acesso em 20 de outubro de 2009.

WARREN, David. Blog do Embaixador do Reino Unido em Tóquio. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/warren> >. Acesso em 20 de março de 2010.

WIKIPEDIA. Enciclopédia livre. Disponível em: < <http://en.wikipedia.org/> >.

WWF BRASIL. **Saiba mais sobre as mudanças climáticas**. Disponível em: < http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas >. Acesso em 05 de março de 2010.

_____. **Strategic Programme Fund**: annual report 2008-2009. Londres: Crown, 2009.

FRIENDS OF THE EARTH. **After Stern**: towards a climate change budget. 2006. Disponível em: < http://www.foe.co.uk/resource/briefings/pre_budget_nov_2006.pdf > Acesso em 26 de março de 2010.

HALE, Stephen. Blog de Stephen Hale no FCO. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/hale> >. Acesso em 20 de março de 2010.

IPSOS. **Monarchy Pool**, 2006. Disponível em <<http://www.ipsos-mori.com/researchpublications/researcharchive/poll.aspx?oItemId=378>>. Acesso em 20 jan 2010.

MET OFFICE. **Warming**: climate change – the facts. Londres: Crown, 2009.

MILIBAND, David et al. **Testing time for EU climate policy**. Artigo publicado na BBC. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/6370209.stm> >. Acesso em 10 de março de 2010.

MILIBAND, Ed. **Falta plano claro de clima ao país**, 2009. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo [Entrevista concedida a Cláudio Ângelo], Disponível em:

< <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u604627.shtml> >. Acesso em 25 de março de 2010.

O GLOBO. **Visita do Príncipe Charles acende debate sobre meio ambiente.** 2009. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/12/visita-do-principe-charles-ao-brasil-acende-debate-sobre-meio-ambiente-754811927.asp> >. Acesso em 23 de janeiro de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima**, 1992. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/doc_clima.php >. Acesso em 22 de dezembro de 2009.

REINO UNIDO. **Background to Stern Review on the Economics of Climate Change.** 2006. Disponível em < http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_backgroundtoreview.cfm >. Acesso em 07 de dezembro de 2009.

_____. **Machinery of Government:** economy, business, climate change, energy and environment. Disponível em < http://www.cabinetoffice.gov.uk/media/cabinetoffice/corp/assets/publications/reports/government_changes/october2008/written_changes_oct08.doc >. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

_____. **Plano de transição para uma economia de baixo carbono:** sumário executivo, 2009. Disponível em: < <http://ukinbrazil.fco.gov.uk/resources/pt/pdf/plano-transicao> >. Acesso em 10 de março de 2010.

SHEIWALD, Nigel. Blog *do* Embaixador do Reino Unido em Washington. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/sheinwald> >. Acesso em 20 de março de 2010.

STERN. **The Economics of Climate Change:** executive summary. 2006. Disponível em: < http://www.hm-treasury.gov.uk/d/Executive_Summary.pdf >. Acesso em 07 de dezembro de 2009.

THE PRINCE OF WALES. **Speeches and articles.** Disponível em: < <http://www.princeofwales.gov.uk/speechesandarticles> >. Acesso em 01 de novembro de 2009.

UNIÃO EUROPÉIA, 2008. **Livro azul 2008 da cooperação da União Européia no Brasil.** 2008. Disponível em: <

<http://www.delbra.ec.europa.eu/pt/downloads/book%20livro%20azul%202008%20completo.pdf> >. Acesso em 20 de outubro de 2009.

WARREN, David. Blog do Embaixador do Reino Unido em Tóquio. Disponível em: < <http://blogs.fco.gov.uk/roller/warren> >. Acesso em 20 de março de 2010.

WIKIPEDIA. Enciclopédia livre. Disponível em: < <http://en.wikipedia.org/> >.

WWF BRASIL. **Saiba mais sobre as mudanças climáticas**. Disponível em: < http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas >. Acesso em 05 de março de 2010.